



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

DIRETORIA DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES E DE CONTROLE DE PARTICIPAÇÕES
Superintendência Contábil
Departamento de Contabilidade Gerencial

**GERAÇÃO E
TRANSMISSÃO**





Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua Jose Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2009

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1 PERFIL ORGANIZACIONAL	5
1.1 Participação no mercado	5
1.2 Copel GeT em números.....	5
2 DESTAQUES	6
2.1 Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	6
2.2 Contratação do sistema integrado de gestão empresarial ERP.....	6
2.3 Principais certificações e prêmios.....	6
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
3.1 Estrutura e práticas de governança	7
3.2 Política de sustentabilidade e cidadania corporativa	9
3.3 Estratégia e gestão.....	9
3.4 Partes interessadas.....	10
4 DESEMPENHO OPERACIONAL	13
4.1 Cenários	13
4.2 Fluxo de energia.....	15
4.3 Crescimento do mercado.....	15
4.4 Segmentos	15
5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	20
5.1 Receita operacional líquida.....	20
5.2 Custos e despesas operacionais	20
5.3 EBITDA ou LAJIDA.....	21
5.4 Resultado financeiro	21
5.5 Endividamento.....	21
5.6 Lucro líquido	22
5.7 Valor adicionado.....	22
5.8 Investimentos na concessão.....	23
6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	24
6.1 Força de trabalho.....	24
6.2 Clientes e comunidade	25
6.3 Apoio a políticas públicas	26
6.4 Projeto e programas corporativos	26
6.5 Meio ambiente	27
6.6 Balanço social	34
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	38

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel, referentes ao exercício de 2009. No ano, a Companhia realizou investimentos de R\$ 250,2 milhões e registrou lucro de R\$ 654,8 milhões.

Em resposta ao permanente desafio de adequar o seu sistema de geração e de transmissão de energia ao contínuo crescimento de carga no Paraná, a Companhia desenvolveu em 2009 um robusto programa de obras, destinadas a aumentar a disponibilidade e a confiabilidade de importantes usinas geradoras e a ampliar seu sistema de transmissão.

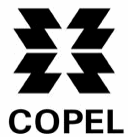
Paralelamente, teve seguimento a construção da Usina Hidrelétrica Mauá, no rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, empreendimento desenvolvido em parceria com a Eletrosul, que deverá entrar em operação em 2011.

Comungando dos mesmos princípios em favor da sustentabilidade abraçados pela Copel, a Companhia também atua fortemente nos contextos social e ambiental, desenvolvendo ações destinadas a privilegiar o uso responsável dos recursos naturais e preservar o equilíbrio do ecossistema. Exemplo disso é o programa Florestas Ciliares, que tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas, a fim de retomar sua funcionalidade ecológica – sobretudo no que se refere à proteção do solo e da água, além da conformação do habitat para a fauna. A partir de projetos específicos, a Copel está estimulando – com o repasse de material para cercamento, como arames e mourões – a recuperação das áreas de preservação permanente em propriedades de terceiros, no entorno dos reservatórios e rios afluentes.

Outra postura inovadora da Copel foi a publicação em 2009 do seu primeiro inventário de emissão de gases do efeito estufa, em conformidade com a metodologia *GHG Protocol*. Nele, a Companhia identificou suas principais unidades operacionais, as atividades e os processos que podem gerar maior quantidade desses gases e, de outro lado, as unidades, atividades e processos capazes de compensar ou mitigar tais emissões. Esse inventário ajudará a delinear e compor a Agenda Copel de Mudanças Climáticas, em elaboração, que visa contribuir para a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa no planeta.

Ao término desta mensagem, queremos registrar nosso respeitoso agradecimento ao governador do Paraná que, na condição de representante do acionista controlador da Copel, vem orientando, com zelo, sensibilidade social e atenção ao interesse público, as atividades da Companhia, conciliando sustentabilidade com responsabilidade corporativa, mas sem deixar de lado os resultados empresariais. Da mesma forma, expressamos nosso reconhecimento à sempre solícita e atenciosa participação dos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

Em nome de toda a Diretoria, por fim, consignamos nosso melhor agradecimento aos empregados



Geração e Transmissão

pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e, ainda, pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos aqui relatados.

Curitiba, 19 de abril de 2010.

A Administração

1 PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Copel Geração e Transmissão ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora), tendo como atividades principais a exploração do serviço de geração de energia elétrica e o serviço de transmissão, segmento que tem como atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia através de subestações com tensões iguais ou superiores a 230kV. Informações pormenorizadas encontram-se na Nota Explicativa - NE nº 01 e 02.

1.1 Participação no mercado

Principais produtos	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica ⁽¹⁾	⁽³⁾ 4,8%	⁽²⁾ 26,7%	⁽²⁾ 53,4%
Transmissão de energia elétrica ^{(2) (4)}	2,5%	14,2%	46,2%

⁽¹⁾ Levantamento com base em potência instalada.

⁽²⁾ Não incluídos o sistema e a potência da Usina de Itaipu.

⁽³⁾ Considerados 50% da potência da Usina de Itaipu (energia destinada ao Brasil).

⁽⁴⁾ Refere-se à receita de transmissão em relação às demais transmissoras (Resolução Aneel nº 843/2009). A Companhia ocupa o 11º lugar no ranking das transmissoras brasileiras.

1.2 Copel GeT em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2009	2008	variação % 2009-2008
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	1.894.220	1.804.035	5,0
Deduções da receita	273.075	259.947	5,1
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	1.621.145	1.544.088	5,0
Custos e despesas operacionais do serviço	806.827	739.606	9,1
Resultado das atividades	814.318	804.482	1,2
EBITDA ou LAJIDA	950.592	940.186	1,1
Resultado financeiro	68.019	23.956	183,9
IRPJ/CSLL	222.745	211.020	5,6
Lucro líquido	654.786	623.177	5,1
Patrimônio líquido	3.661.700	3.628.961	0,9
Juros sobre o capital próprio	222.263	196.000	13,4
Dividendos distribuídos	399.784	396.018	1,0
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,3	-
Liquidez geral (índice)	0,7	0,8	(12,5)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	0,6	0,6	-
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	9,7	8,5	14,1
Margem bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	34,6	34,5	0,3
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	40,4	40,4	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	21,8	20,7	5,3

2 DESTAQUES

2.1 Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial

Em março de 2009, foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, sendo eleita, como titular, Marlene Zannin, a primeira mulher a ocupar um cargo de diretoria na Companhia. A Controladora é a primeira empresa no setor elétrico brasileiro a delegar status de diretoria aos assuntos de natureza ambiental e social. Essa diretoria tem como atribuições coordenar os assuntos e as atividades socioambientais, com ênfase nas iniciativas de desenvolvimento social e comunitário e na promoção e não-violação dos Direitos Humanos.

2.2 Contratação do sistema integrado de gestão empresarial ERP

Com a implantação efetiva do novo sistema, a Copel GeT passará a contar com uma poderosa ferramenta de gestão e controle de todos os seus processos cruciais. Isto significará a adoção das melhores práticas de mercado, com eficiência e agilidade operacional, transparência e atendimento à legislação específica em tempo hábil, melhoria e correção nos processos relacionados à gestão empresarial, disponibilização de informações consistentes, além de maior agilidade nas tomadas de decisões pelo grupo executivo da Companhia.

2.3 Principais certificações e prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2009, destacam-se:

Prêmio / Conquista / Certificação	Certificador
Marco Internacional de Engenharia - 2009 - Primeiro Simpósio Internacional de Barragens de Enrocamento	Comitê Chinês de Grandes Barragens
Prêmio Abraconee de melhor divulgação das demonstrações contábeis para Copel Geração e Transmissão, na categoria companhia de capital fechado de grande porte	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - Abraconee

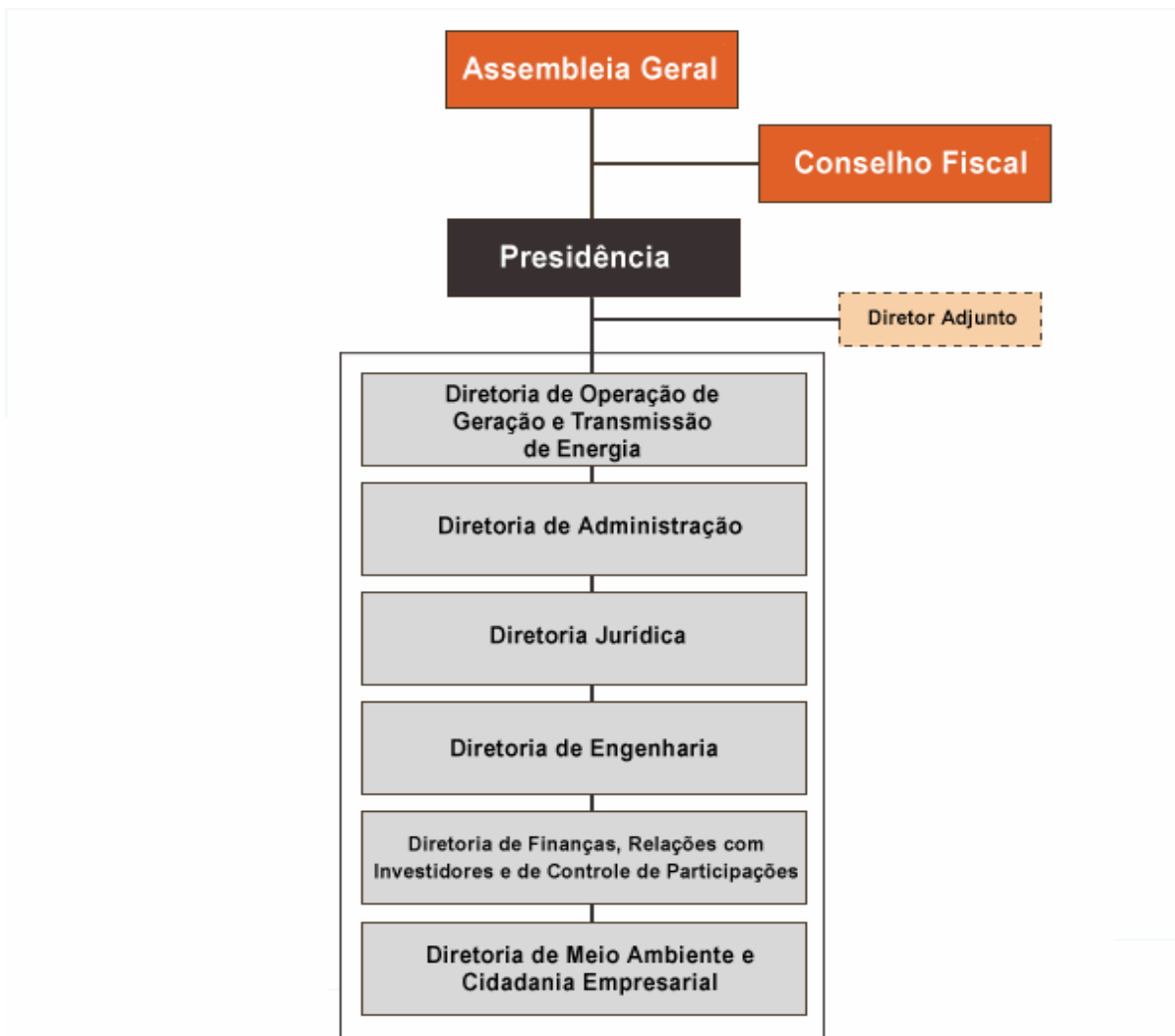
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel GeT, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança e utiliza, como parâmetro, o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas.

Os administradores buscam, dessa forma: contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

3.1 Estrutura e práticas de governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Geração e Transmissão:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética.

Além destes a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

Em 2006 a Copel iniciou, com auxílio de uma consultoria especialmente contratada, a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, através de projeto corporativo acompanhado periodicamente pela sua Diretoria. Neste processo, optou-se por uma abordagem integrada e corporativa, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e coordenada pelo Departamento de Gestão de Riscos e Controles, área formalmente instituída para este fim.

Na preparação do ambiente interno, houve a aprovação, em 2009, da Política e do Modelo de Gestão de Riscos, com a finalidade de definir os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Dentre os princípios norteadores estão a classificação e forma de avaliação dos riscos, bem como definição de parâmetros de apetite ao risco. Este modelo aprovado de gestão de riscos foi apresentado em todo o estado do Paraná, em palestras que tiveram como objetivo promover a disseminação e a conscientização da importância da participação individual no modelo implantado.

A Copel acredita que uma gestão de risco eficiente e eficaz não deve somente identificar o risco, mas monitorá-lo periódica e sistematicamente, bem como atualizá-lo diante das mudanças de cenário interno e externo. Para isto, o modelo estabelece que, anualmente, os riscos devem ser reavaliados, compreendendo o apetite e a tolerância aos mesmos, bem como a forma com que se administram.

Para auxiliar no monitoramento da gestão de riscos, também foi implantado neste ano um Comitê com a atribuição de analisar os resultados da avaliação dos riscos e controles, as situações excepcionais e as recomendações de ações, sempre que for identificada necessidade.

A estratégia adotada pela Copel para a gestão de riscos permite identificar e considerar todas as formas de riscos em seu processo decisório e nas atividades diárias, segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: riscos associados aos objetivos estratégicos da Copel, sendo foco de atuação da alta administração.
- Riscos-chave de processos: relacionados aos objetivos dos processos da Companhia, sendo foco de atuação de seus gestores.
- Riscos-chave de projetos: referentes aos objetivos dos projetos constantes no *portfolio*, sendo

foco de atuação dos gestores de projetos.

Inicialmente foram identificados, avaliados e priorizados os riscos-chave de negócio, os quais são monitorados com periodicidade predefinida. Eles estão relacionados com os objetivos de manutenção dos contratos de concessão, otimização de custos, expansão sustentável dos negócios e gestão de pessoas e tecnologias.

Iniciou-se também a identificação dos riscos dos processos priorizados pela Diretoria, os quais serão em seguida avaliados e monitorados por seus gestores. Estes processos referem-se ao provimento de infraestrutura dos negócios de Geração e Transmissão conforme mapeamento da Cadeia de Valor da Companhia.

Relatórios relativos à avaliação de riscos são apresentados periodicamente nas reuniões da Diretoria e do Comitê de Auditoria - CAU da Controladora, permitindo assim, que estes colegiados estejam permanentemente informados e comprometidos com os objetivos do processo de gestão de riscos corporativos.

3.2 Política de sustentabilidade e cidadania corporativa

A Controladora definiu como prioridade a implantação da gestão empresarial orientada para a sustentabilidade, cujo modelo busca o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base nos valores da Copel e na gestão otimizada dos processos, os resultados nos eixos econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como seu desenvolvimento e crescimento sustentável, com vistas à adequação aos padrões internacionais de governança, transparência e sustentabilidade, em conformidade com o compromisso renovado junto ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual a Copel é signatária desde 2000. Todas as ações se baseiam em uma gestão fundamentada nos princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, cuja íntegra está disponível no site (www.copel.com), a qual está totalmente alinhada aos cinco valores expressos no posicionamento estratégico corporativo, aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

3.3 Estratégia e gestão

Em 2009 a Companhia manteve seus esforços na busca de resultados para atender aos dois grandes desafios estratégicos listados abaixo:

- Excelência operacional, com aumento da produtividade e otimização de custos, qualidade nos serviços prestados e melhoria da satisfação dos consumidores; e
- Expansão sustentável, alinhada aos objetivos do Governo do Estado, com investimentos socioambientais e geração de benefícios para a sociedade paranaense.

Nesse âmbito, as ações foram baseadas nas diretrizes estabelecidas pela alta administração para

a busca da produtividade em curto prazo e do crescimento em longo prazo; na excelência em custos; nos relacionamentos com as partes interessadas e em pesquisas de novas tecnologias para a expansão da matriz energética com fontes renováveis e não poluentes.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da Estratégia, envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover o entendimento, motivação e comprometimento dos empregados;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas, visando ao aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos, seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ; e
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e formalização das metas em Compromissos de Gestão até o menor nível gerencial.

Em 2009, realizou-se o alinhamento das boas práticas de excelência de gestão implementadas pelas organizações de referência, mensuradas pelas seguintes avaliações: Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ; Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE e Índice de Felicidade no Trabalho - IFT. Do aprendizado deste alinhamento surgiram iniciativas (programas, projetos e planos de ação) e melhoria dos processos que foram considerados no planejamento para 2010.

• Referencial estratégico

A Copel GeT segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de princípios e valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- Transparência - prestação de contas das decisões e realizações para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- Ética - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- Respeito - consideração com o próximo;
- Responsabilidade Social e Ambiental - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- Segurança - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da Companhia.

3.4 Partes interessadas

No período 2008-2009, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Copel

GeT através de sua Controladora foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente. O ano de 2009 foi marcado pela intensificação do diálogo com o público interno, no escopo do segundo ciclo da Norma AA1000, com a categorização e o aprofundamento de grupos de interesse específicos, a fim de tratar de temas críticos afetos a tais grupos, principalmente no tocante a questões raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência - PcD.

O terceiro ciclo de implantação da Norma AA1000, em iniciação, permitirá seu melhor alinhamento com o novo modelo de Gestão para a Sustentabilidade da Companhia.

- **Canais de diálogo**

O atendimento a questionamentos enviados à Controladora pelo canal Fale Conosco está disponível também no site, pelo endereço eletrônico copel@copel.com. Neste canal, a premissa é responder prontamente a todos os questionamentos recebidos, atitude que tem proporcionado o crescimento de seu uso pelas partes interessadas. A matriz completa de canais de diálogo da Copel também está disponível em nosso site, www.copel.com.

Diálogo com o Público Interno

Como canal direto de comunicação com todos seus empregados, a Copel mantém a Pesquisa de Clima Organizacional - PCO, realizada anualmente. As últimas PCOs apontaram os fatores que se deve atuar de forma corporativa, para melhorar seu desempenho: Liderança e Crescimento e Desenvolvimento Profissional.

No âmbito do Programa de Promoção da Diversidade, no período compreendido entre 2007 e 2009, diversos diálogos foram realizados com grupos que apresentam necessidades e características específicas na Companhia.

Dentre as diversas ações, destaca-se a adesão da Copel ao Programa Pró-equidade de Gênero. Tal programa é uma iniciativa do Governo Federal que, por meio da Secretaria Especial de Políticas da Presidência da República - SPM/PR e, com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988. Conta também com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Diálogo com fornecedores

A Copel disponibiliza canal de diálogo com seus fornecedores em toda sua área de concessão, em polos estratégicos distribuídos no Paraná, o que propicia a todos os participantes – entre fornecedores, gestores de contrato e fiscais de obras – canal de comunicação aberto e objetivo, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia produtiva da Companhia.

Nos diálogos diretos com fornecedores em 2009, abordamos conceitos básicos de



Geração e Transmissão

sustentabilidade, procurando orientar sobre os Princípios do Pacto Global e, através da oficina de Comunicação e Progresso - COP, sobre questões relativas às ações e evoluções socioambientais que uma empresa sustentável pode realizar. No evento, organizado pela Copel, os 45 fornecedores de produtos e serviços e demais partes interessadas tiveram a oportunidade de obter informações sobre exemplos práticos elaborados nas grandes empresas, tanto na ala social como ambiental.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Cenários

- **Análise internacional**

No 1º semestre de 2009, foi percebida a continuidade da crise financeira internacional, provocando redução nos níveis de emprego e de crédito. A partir do 3º trimestre, após um período de contração do Produto Interno Bruto - PIB e elevação da taxa de desemprego, as economias americana e europeia registraram resultados favoráveis, devido à maturação do processo de ajuste de estoques e à estabilização das condições de demanda agregada de grandes potências. Com isto, foi retomado o crescimento da produção industrial, o que deu suporte ao aumento das importações e ao processo de melhoria nas condições dos mercados de trabalho, fundamentais para a recuperação econômica em curso.

- **Análise nacional**

Apesar da retração da demanda externa por produtos industriais, o Brasil consolidou seu ciclo de recuperação econômica de forma moderada, porém efetiva após o processo recessivo experimentado a partir do final de 2008. Tal retomada é sustentada basicamente pelo desempenho positivo da demanda interna, fato comprovado pelo crescimento registrado no PIB a partir do segundo trimestre do ano e pela trajetória de indicadores setoriais nos meses subsequentes. As medidas de política econômica adotadas, principalmente a de continuidade da política de crédito, também influenciaram positivamente o desempenho da economia, notadamente o crescimento do consumo nas famílias.

- **Análise estadual**

Comparando com outros estados, a economia paranaense teve um dos melhores desempenhos do País, todavia tendo também sido afetada pela crise mundial, com destaque para o setor industrial, que possui um elevado coeficiente de exportação. O setor agropecuário, além de ser afetado pela queda nos níveis de exportação, sofreu impacto de fatores climáticos que provocaram redução da safra agrícola. Resultados positivos foram verificados no setor de serviços – no qual estão incluídos o comércio atacadista e varejista, a administração pública e o sistema financeiro, entre outros – cuja trajetória foi crescente no Estado durante o ano, compensando, de certa forma, as quedas na produção da indústria e da agropecuária.

- **Análise setorial**

Tarifas

Em 2009, estava prevista a 2ª revisão tarifária ordinária a ser aplicada às concessionárias de transmissão. Todavia, devido ao fato da Aneel não ter aprovado a tempo a metodologia, o processo foi postergado para 2010, e aplicou-se a metodologia do reajuste, que consiste em atualização das Receitas Anuais Permitidas - RAPs pelo IGP-M.

Prorrogação das concessões

Pela Portaria MME nº 331/2009, foram prorrogados os prazos de concessão das Usinas Hidrelétricas Gov. Ney Braga (Segredo), Derivação do Rio Jordão, Gov. José Richa (Salto Caxias) e Cavernoso, de forma não onerosa, por mais 20 anos. Nesse sentido, o termo final da concessão passa a ser, novembro de 2029, para as Usinas Hidrelétricas Segredo e Derivação do Rio Jordão; maio de 2030 para a Usina Hidrelétrica Salto Caxias e janeiro de 2031 para a Usina Hidrelétrica Cavernoso.

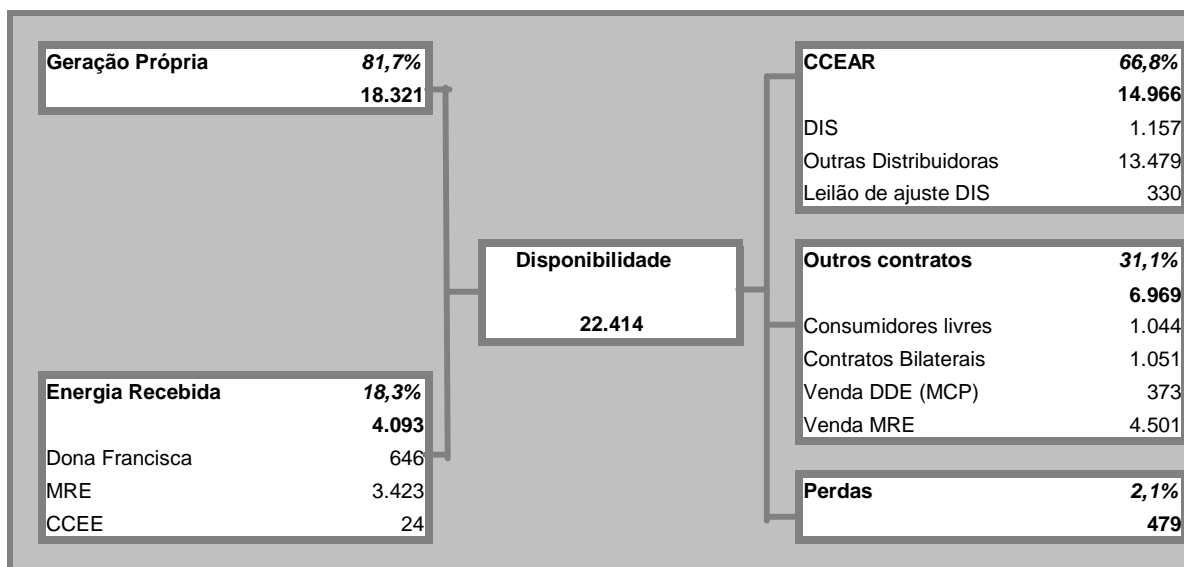
Expansão do sistema de transmissão

A Copel Geração e Transmissão arrematou, em leilão de linhas de transmissão realizado pela Aneel em 08.05.2009, lote localizado no Paraná que consiste na linha de transmissão Foz do Iguaçu – Cascavel Oeste, em 525 kV, com 115 km, disjuntor de transferência e uma conexão na SE Cascavel Oeste. O valor do lance ofertado pela Companhia foi de R\$ 7,3 milhões (receita anual) e foi outorgada a concessão para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pelo prazo de trinta anos, prorrogáveis por mais trinta.

Comercialização de energia

Em 2009, foram comercializados 0,5 MW médio de Energia Incentivada oriunda de pequenas centrais hidrelétricas da Companhia, que a partir de 2009 passaram a obter desconto de 50% na tarifa de uso do sistema de distribuição.

4.2 Fluxo de energia



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

MRE = Mecanismo de Realocação de Energia

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

4.3 Crescimento do mercado

Descrição	Contratos				Em GWh			
	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %
CCEAR ⁽²⁾	73,5	36	36	-	83,9	14.635	12.523	16,9
Leilão de ajuste (ACR)	2,0	1	1	-	1,9	330	141	134,0
Consumidores livres	20,4	10	14	(28,6)	6,0	1.044	1.185	(11,9)
Contratos bilaterais	4,1	2	2	-	6,0	1.051	3.538	(70,3)
CCEE	-	-	-	-	2,1	373	101	269,3
Total	100,0	49	53	(7,5)	100,0	17.433	17.488	(0,3)

⁽¹⁾ Percentual de participação em 2009.

⁽²⁾ Do total de energia vendida em 2009 e 2008, 1.488 GWh e 1.229 GWh, respectivamente, foram comercializados com a Copel Distribuição.

Obs. Não considera a energia disponibilizada através da MRE (Mecanismo de Realocação de Energia)

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

4.4 Segmentos

4.4.1 Geração

Em 2009, a Copel GeT desenvolveu estudos e projetos para expansão de sua capacidade de geração de energia elétrica, com destaque para a aprovação, pela Aneel, do projeto básico da PCH Cavernoso II, empreendimento que deverá agregar mais 19 MW de potência ao parque gerador da Companhia. Para expansão da geração a partir de empreendimentos de fonte hidráulica, mantém as seguintes estratégias prioritárias:

- participar de leilões de energia elétrica, em particular no Estado do Paraná; e
- investir em projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, de forma isolada e em parcerias com a iniciativa privada, de modo a promover o desenvolvimento sustentável por meio da implantação de projetos que incentivem o desenvolvimento regional.

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, estão em andamento obras e projetos, com investimentos de R\$ 27,0 milhões, com vistas a garantir maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Dentre eles, destacam-se:

- aquisição de dois transformadores reservas para a Usina Hidrelétrica Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia);
- aquisição de transformador reserva para a Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza;
- aquisição de novo transformador e revitalização de 11 transformadores na Usina Hidrelétrica Segredo;
- aquisição de 2 dois rotores *pelton* para a Usina Hidrelétrica Chaminé; e
- troca de comportas na Usina Hidrelétrica Chopim I.

Projetos em andamento

Usina Hidrelétrica Mauá - Com o início da construção, em julho de 2008, o empreendimento incorporará 361 MW de potência instalada e 197,7 MW médios de energia assegurada aos parques geradores da Copel e da Eletrosul. O empreendimento absorverá investimentos da ordem de R\$ 1.100,0 milhões por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, parceria entre Copel (51%) e Eletrosul (49%). De acordo com os prazos estabelecidos pela Aneel, a UHE Mauá deverá entrar em operação comercial em 2011.

PCH Cavernoso II - O projeto compreende o futuro aproveitamento a ser implantado no rio Cavernoso, no Paraná. A usina terá três unidades geradoras, que totalizam 19 MW de potência instalada. O projeto básico apresentado pela Copel foi aprovado pela Aneel em 07.11.2009. Para o início da implantação do empreendimento, aguarda-se a emissão da outorga de autorização, pela Aneel, e da licença ambiental de instalação, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Usina Hidrelétrica São Jerônimo - O projeto compreende o futuro aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo, localizado no Rio Tibagi, no Paraná. A usina terá capacidade instalada de aproximadamente 331 MW, com energia assegurada de 165,5 MW médios. A implementação do empreendimento terá como base a concessão de uso do bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico de São Jerônimo.

Outras fontes de energia renovável - não hidráulicas - A Copel GeT tem o desafio de estudar e prospectar oportunidades de negócios com fontes não agressivas ao patrimônio natural, renováveis, não poluentes, geradoras de renda e fomentadoras do desenvolvimento da sociedade.

Alguns dos projetos em desenvolvimento são:

- **Projeto de pequenas centrais térmicas a bagaço de cana** - Em 2009, a Copel Geração e Transmissão efetuou chamada pública permanente visando estudar a constituição de parcerias para a construção de quatro pequenas centrais termelétricas (PCTs) a bagaço de cana, cada uma com potência de 30 MW. A idéia é estabelecer parcerias com produtores que tenham bagaço de cana em volumes suficientes para gerar eletricidade.
- **Geração distribuída com saneamento ambiental** - Projeto em parceria da Companhia com Itaipu Binacional, Sanepar e demais gestores de reservatórios públicos no Paraná, que visa tratar o impacto do aporte de nutrientes e material orgânico nos cursos d'água e reservatórios. Consiste na realização de parcerias para possibilitar a geração de energia a partir do biogás gerado pela decomposição do material orgânico. A energia elétrica gerada é consumida pelo próprio proprietário, sendo o excedente vendido e injetado na rede da Copel. Por meio da Chamada Pública a Copel contratou os seguintes montantes: Granja Colombari 32 kW, Star Milk 32 kW, Sanepar 20 kW, Cooperativa Lar Vegetais 40 kW, Cooperativa Lar Aves 160 kW e Cooperativa Lar Leitões 240 kW.
- **Carteira de projetos de usinas eólicas** - O objetivo do projeto é a obtenção de uma carteira significativa de aproveitamentos competitivos para geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, visando a participação em futuros leilões de compra de energia. Atualmente, a Copel Geração e Transmissão possui em operação a usina eólica de Palmas, composta por cinco aerogeradores de 500 kW cada, totalizando 2,5 MW de potência instalada. A usina está situada na região de Horizonte, no Município de Palmas, ao sul do Estado do Paraná
- **Paraná biodiesel** - Projeto de inclusão social baseado na implantação de miniusinas de biodiesel no Paraná, visando à geração de renda para pequenos produtores rurais. Este primeiro projeto está sendo desenvolvido como projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P&D+I, com capacidade de produção de 5.000 litros/dia de biodiesel e 250 toneladas/dia de ração animal. O projeto será realizado em São Jorge D'Oeste.
- **Projeto microalgas** - Em outubro de 2009, foi assinado convênio de cooperação técnico-científica entre a Copel, IAPAR e FAPEAGRO para o projeto de P&D "Desenvolvimento de Tecnologias para a Produção de Microalgas como Fonte de Óleo para a Produção de Biocombustíveis e Aproveitamento de Coprodutos". Seu desafio é desenvolver competência tecnológica no Paraná, buscando o estado da arte nesta área: produção de energéticos diversos como o hidrogênio, querosene de aviação, diesel, gasolina e álcool a partir do óleo extraído de microalgas cultivadas em fotobiorreatores.
- **Projeto de produção de biogás com algas dos reservatórios** - Em outubro de 2009, teve início o projeto de produção de biogás através da biodigestão anaeróbia da biomassa de microalgas encontradas nos reservatórios das usinas de Foz do Areia e Alagados. O projeto está na primeira fase, que compreende a avaliação do potencial de produção de metano das

algas existentes nos reservatórios.

- **Veículo elétrico** - Desde 2007, a Copel Geração e Transmissão participa do projeto de pesquisa de viabilidade técnica e econômica de veículos movidos a eletricidade, Projeto VE, desenvolvido e gerido pela Itaipu Binacional e Kraftwerk Oberhasli AG - KWO.
- **Projeto alcoolduto** - Em 2007, a Copel e a Compagás desenvolveram um estudo de pré-viabilidade técnico-econômica para a implantação de um alcoolduto para transporte de etanol das regiões produtoras até o Porto de Paranaguá. Em 2008, o Governo do Estado do Paraná (SEIM, Copel, Compagás, APPA, Alcopar), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Petrobrás assinaram um Termo de Cooperação Técnica para estudar a viabilidade técnico-econômica do alcoolduto para o transporte do etanol produzido pelos dois Estados até Paranaguá. O projeto estudado mostrou-se inviável econômica e financeiramente por falta de captação de álcool ao longo da vida útil do empreendimento. Em 2009, a Copel, em conjunto com a Compagás, reavaliou e submeteu o estudo de traçado entre Maringá e o Porto de Paranaguá ao Governo do Estado e aos interessados no empreendimento.
- **Pesquisa de Consumo de Energéticos - PCE 2009** - Está disponível no site www.copel.com/pce, a metodologia de pesquisa para os setores industrial e comercial, para atualização do banco de dados de consumo de energéticos e de biomassa, que subsidia o planejamento energético e o levantamento do potencial de biomassa do Estado.

4.4.2 Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

Dentro do conceito de Transmissão do modelo setorial atual, que abrange linhas e subestações em 230 kV e acima, a Concessionária opera, sob coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, parte do Sistema Interligado Nacional - SIN na região Sul do País. Seu sistema conta com 30 subestações e 1.942 km de linhas de transmissão (incluídos pequenos trechos de linhas de 69 kV e 138 kV).

Em resposta ao permanente desafio de adequar seu sistema de transmissão de energia ao contínuo crescimento de carga no Estado, a Companhia desenvolveu, em 2009, um robusto programa de obras de transmissão:

- LT Bateias – Pilarzinho, em 230 kV, com 31,60 km de extensão, na Região Metropolitana de Curitiba – RMC;
- LT Galha Azul – Distrito Industrial de São José dos Pinhais, em 230 kV, com 31,00 km de extensão, na RMC;

- LT Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais, em 230 kV, com 25,24 km de extensão, na RMC;

Além dos novos empreendimentos, foram também realizadas obras de ampliação de potência instalada em diversas subestações no Estado.

Ao todo, foram investidos R\$ 50,9 milhões na construção e ampliação de subestações e linhas de transmissão em todas as regiões paranaenses, acrescentando 150 MVA de potência de transformação e 161,3 km de linhas ao sistema existente no início do ano.

Projetos em andamento

A Copel GeT arrematou em leilão a linha de transmissão Foz do Iguaçu – Cascavel Oeste, em 525 kV. Mais detalhes encontram-se no item 4.1 Cenários - Análise setorial - Expansão do sistema de transmissão.

4.4.3 Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D+I)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, em 2009, a Companhia desenvolveu 16 projetos de pesquisa e desenvolvimento nos negócios de geração e transmissão de energia, aplicando em torno de R\$ 1,9 milhão com regulamentação específica da Aneel. Maiores informações e detalhes dos estudos estão no item 6.5 - Meio Ambiente.

Com vistas a garantir a qualidade dos projetos de P&D desenvolvidos em parceria com instituições de ciência e tecnologia, além de fomentar a inovação por meio da geração de conhecimento atrelada a resultados práticos com reais benefícios ao setor elétrico e à sociedade, a Companhia desenvolveu uma nova metodologia de elaboração e avaliação de projetos de P&D, a qual tem proporcionado excelentes resultados e cumprido plenamente seu papel na maturidade do processo e na garantia da qualidade das atividades de P&D+I.

A Companhia lidera também um projeto estratégico de P&D regulado pela Aneel, com participação de mais treze concessionárias, e desenvolvido por cientistas de três instituições de ciência e tecnologia, sobre o tema, assunto que constitui desafio ao setor, “modelo de otimização do despacho hidrotérmico”. Além disso, a Copel participa de mais cinco projetos estratégicos setoriais liderados por outras concessionárias.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita operacional líquida

Em 2009, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 77,1 milhões, representando 5,0% de aumento em relação a 2008. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na **Receita de suprimento de energia elétrica**, em 4,3%, em virtude principalmente da venda em leilão; e
- 2) Acréscimo na **Receita de disponibilidade da rede elétrica** em 10,4%, decorrente principalmente da entrada em operação de novas instalações e reajuste da Receita Anual Permitida - RAP, a partir de julho de 2009 pelo IGP-M, cujo índice foi de 3,64%. Detalhamento na Nota Explicativa - NE nº 25.

As Deduções da Receita aumentaram R\$ 13,1 milhões principalmente em decorrência do acréscimo das receitas tributáveis, resultando no aumento de: R\$ 4,4 milhões de Cofins; R\$ 1,0 milhão de PIS/Pasep e R\$ 4,9 milhões de Encargos do Consumidor. Detalhamento na NE nº 26.

5.2 Custos e despesas operacionais

Obtiveram variação de R\$ 67,2 milhões em 2009 comparativamente com 2008, representando um aumento de 9,1%, influenciado, principalmente por:

- Acréscimo em **Encargos do uso da rede elétrica** em R\$ 17,5 milhões, devido principalmente ao aumento da quota da Rede Básica. Detalhamento na NE nº 27.b;
- Acréscimo de R\$ 35,2 milhões em **Despesas de pessoal e administradores** decorrente, principalmente, de indenizações por demissões voluntárias, além do reajuste salarial de 4,97% (INPC acumulado de 4,45%, acrescido de um ganho real de 0,5%) e um estágio salarial (1,0%), totalizando 6,02%, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2009. Detalhamento na NE nº 27.c;
- Acréscimo de R\$ 10,4 milhões em **Provisões e reversões** em função de menor Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao ano de 2008. Detalhamento na NE nº 27.g; e
- A variação foi compensada pelo decréscimo de R\$ 13,8 milhões na conta de **Planos previdenciário e assistencial**, decorrente da contabilização dos efeitos do cálculo atuarial, definido anualmente por atuário contratado.

5.3 EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos e depreciação e amortização) - Em R\$ mil		
	2009	2008
Lucro do exercício	654.786	623.177
IRPJ e CSLL diferidos	2.405	5.483
Provisão para IRPJ e CSLL	220.340	205.537
Resultado da equivalência patrimonial	4.806	(5.759)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(68.019)	(23.956)
Lajir/Ebit	814.318	804.482
Depreciação e Amortização	136.274	135.704
Lajida/Ebitda - ajustado	950.592	940.186
Receita Operacional Líquida - ROL	1.621.145	1.544.088
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	58,6%	60,9%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

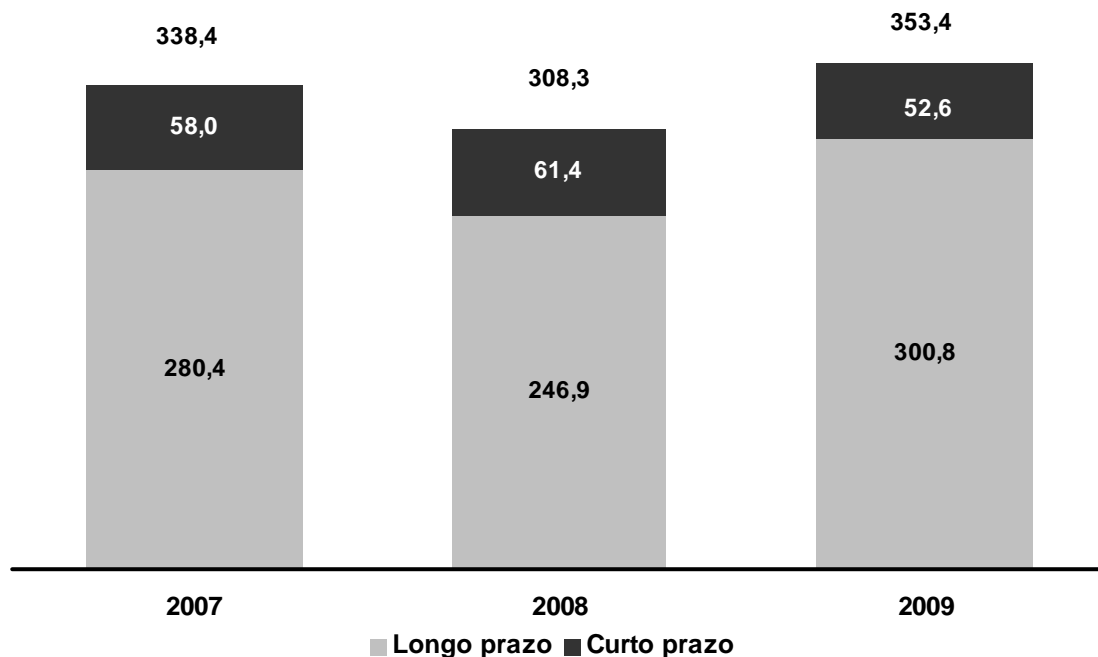
5.4 Resultado financeiro

- 1) **Receitas financeiras** - apresentaram decréscimo de R\$ 15,9 milhões em relação a 2008, devido principalmente a rendas de aplicações financeiras.
- 2) **Despesas financeiras** - apresentaram decréscimo de R\$ 60,0 milhões, sendo influenciadas por:
 - a) Decréscimo de valor decorrente da variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, motivado principalmente pela valorização do real perante o dólar (de 25,5% no período), sendo que em 2008 houve desvalorização de 31,9%;
 - b) Variação acumulada negativa do IGP-M 1,71% em relação a variação acumulada em 2008 de 9,81% a qual reflete na atualização do índice Finel; e
 - c) Amortizações de empréstimos e financiamentos no período.

5.5 Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram dos ingressos de recursos no montante de R\$ 116,3 milhões, sendo R\$ 111,5 milhões relativos aos contratos com o Banco do Brasil e BNDES para a construção da UHE Mauá e R\$ 4,8 milhões referentes a dois contratos junto à Finep e os pagamentos ocorridos no ano, que totalizaram R\$ 82,7 milhões, sendo R\$ 59,2 milhões de principal e R\$ 23,5 milhões de encargos.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo:

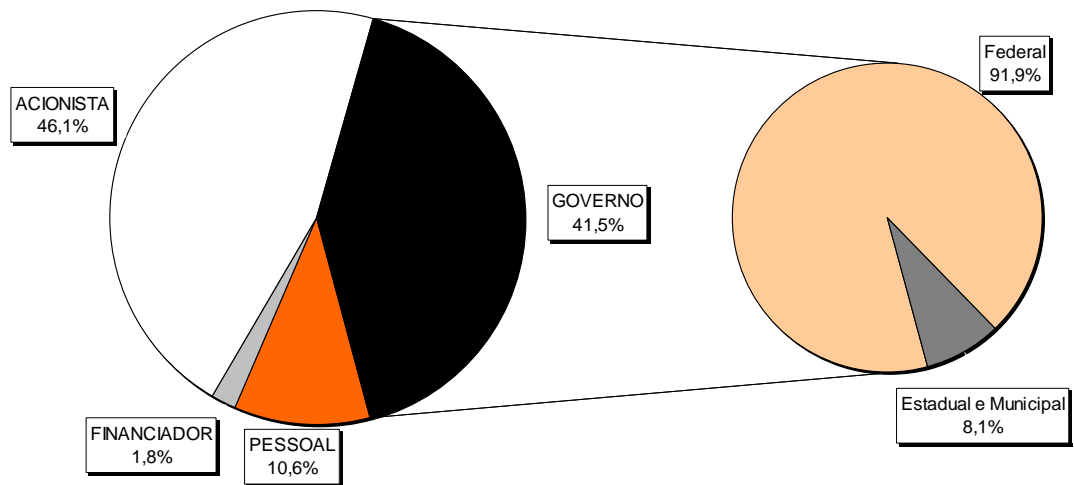


5.6 Lucro líquido

Em 2009, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 654,8 milhões, sendo 5,1% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 623,2 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 21,8% ($\text{lucro líquido} \div (\text{patrimônio líquido} - \text{lucro líquido})$), refletindo acréscimo de 5,3% em relação a 2008.

5.7 Valor adicionado

No exercício de 2009, a Copel GeT apurou R\$ 1.420,3 milhões de Valor Adicionado Total - VAT, 1,2% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 17,2 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.



5.8 Investimentos na concessão

Em 2009, o investimento da GeT no Imobilizado e Intangível foi de R\$ 250,2 milhões, 74,7% maior que em 2008, que foi de R\$ 143,2 milhões. Para 2010, a previsão é investir R\$ 499,7 milhões.

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul foi reclassificado de Participações Societárias, em 2008, para o Imobilizado, em 2009.

6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 Força de trabalho

Os 1.594 empregados do quadro próprio estão distribuídos em quatro carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos de cargo, a saber: operacional (302 empregados), administrativa (331 empregados), profissional técnico de nível médio (467 empregados) e profissional de nível superior (494 empregados). A Copel GeT vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2009, mediante concurso público, 161 novos empregados. Durante o mesmo período, 126 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 7,63%. Em 2008, essa taxa foi de 5,63%.

Em 2009, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais. Dentre os candidatos afrodescendentes, foram admitidos 4 empregados de cor negra e 13 de cor parda.

- **Desenvolvimento de pessoal**

A Controladora possui comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas da empresa, o qual é responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento, como programas de pós-graduação institucional, participações em eventos no exterior, entre outros. Adicionalmente, a Companhia aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentivo a seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação. Os treinamentos foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2009 (em horas/média)
Operacional	62,3
Administrativa	33,9
Técnica	116,7
Profissional	84,1

- **Política salarial e benefícios**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). O Plano de Cargos e Salários serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em 31.12.2009 (R\$ 863,40) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 465,00) era de 1,86, não tendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel GeT e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Companhia é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Liberdade de associação e negociação coletiva**

A Companhia, através de sua Controladora, mantém estreito relacionamento com os sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

- **Saúde e segurança no trabalho**

Fatores que têm influência na saúde e segurança no trabalho são identificados e tratados através das seguintes ações corporativas como programas específicos, campanhas e portais disponíveis na Intranet. Adicionalmente, há gestão das atividades dos profissionais de Segurança do Trabalho, por meio de termo de compromisso celebrado com especificação do atendimento às áreas pertinentes. Ações específicas também contribuem para a prevenção de acidentes e promoção da saúde no trabalho, paralelamente às atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs.

6.2 Clientes e comunidade

- **Educação ambiental**

A Educação para a Sustentabilidade é realizada por meio de ações de comunicação com as partes interessadas, projetos de sensibilização e educação socioambiental, sendo importante referência na visão da “ética do cuidado”.

Público interno

Em 2009, a Copel GeT através de sua Controladora transformou seu programa de educação para a sustentabilidade no processo empresarial "Desenvolver a Educação para a Sustentabilidade". A celebração dos “10 anos de Educação Ambiental na Copel” contou com a participação de dezenas de empregados protagonistas deste processo, cuja história foi retratada em uma “Linha do Tempo”, preservando a memória e valorizando as pessoas.

Comunidade

A Copel GeT desenvolve atividades de educação ambiental para a comunidade no Museu Regional do Iguaçu - MRI e no Centro de Visitação Faxinal do Céu. O MRI, iniciado com o PBA de GNB, conta com um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná, destacando o homem, a fauna e a flora da região do Médio Iguaçu. O Centro de Visitação Faxinal do Céu oferece trilhas perceptivas onde se destacam espécies características da Floresta de Araucárias.

6.3 Apoio a políticas públicas

Historicamente, a Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

Nesse âmbito, destacamos a participação desde 2003, no Conselho de Segurança Alimentar do Paraná - Consea/PR, espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, que tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

• Incentivos fiscais

A Copel GeT transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A partir de agora, todos os anos, a Companhia potencializará ao máximo a utilização de recursos dedutíveis ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar, destinando-os a projetos sociais.

Em 2009, as contribuições sob efeito da Lei Rouanet foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, de R\$ 2,7 milhões. A Companhia destinou ao Projeto de Apoio à Inovação e Humanização do Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, um total de R\$ 0,5 milhão através do FIA. Através da Lei do Incentivo ao Esporte, também doou R\$ 0,6 milhão à Fundação da Universidade Estadual de Maringá.

6.4 Projeto e programas corporativos

• Programa de alfabetização Luz das Letras

Em 2009, as ações da Controladora desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, concentraram-se na capacitação de duzentos e cinquenta coordenadores do programa "Paraná Alfabetizado", habilitando-os à utilização do software de Alfabetização Luz das Letras - Fase II, durante o Encontro de Formação Continuada, que aconteceu nas cidades de

Faxinal do Céu e Foz do Iguaçu.

- **Programa de voluntariado corporativo - EletriCidadania**

Em vigor desde 2001, o programa faculta a utilização, de forma espontânea, de parte do tempo profissional (quatro horas/mês) para a realização de atividades de ação social junto à comunidade. Em 2009, a Copel GeT computou nesse programa, 226 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

- **Programa corporativo de acessibilidade**

O programa Corporativo de Acessibilidade da Controladora vem sendo desenvolvido por subgrupos que atuam na dimensão Arquitetônica, Atitudinal, Comunicacional e Urbanística, com base no objetivo específico das respectivas dimensões. Foram realizadas readequações de rampas, pavimentações, plataformas elevatórias, piso tátil e banheiros adaptados nos diversos imóveis.

6.5 Meio ambiente

As funções meio ambiente e responsabilidade social estão progressivamente se consolidando na Copel Geração e Transmissão. Em março de 2009, por iniciativa conjunta do acionista majoritário e do Conselho de Administração da Controladora, visando à efetiva implementação do Referencial Estratégico da Controladora, foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, que tem como atribuição coordenar os assuntos e as atividades socioambientais.

- **SGI e ISO 14000**

Visando a melhoria contínua de seu desempenho socioambiental, em setembro de 2009, iniciaram-se os trabalhos referentes à implantação do Sistema de Gestão Integrada - SGI nas usinas. Com o SGI, a Copel GeT busca as certificações ISO 14.000 e OSHAS 18.000 até março de 2011, e sua integração com a já obtida certificação ISO 9.000.

6.5.1 Controle de impactos ambientais

A identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais são realizadas por meio de auditorias ambientais internas e externas periódicas, integradas com a “Política de Controle e Gestão de Riscos na Copel”. Os aspectos e impactos ambientais de novos projetos, atividades e empreendimentos são identificados por meio de Estudos Ambientais, compreendendo: Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Estudo de Impacto Ambiental - EIA; Relatório Ambiental Simplificado - RAS, Relatório Ambiental Prévio - RAP, Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e, para o caso de usinas hidrelétricas, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA. Por meio do Plano Básico Ambiental - PBA e do Plano de Controle Ambiental - PCA, as ações e programas de controle e compensação de impacto ambiental são detalhados.

- **Implantação do Plano Básico Ambiental - PBA de Mauá**

O PBA da UHE Mauá é composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, cujo desenvolvimento permitirá a prevenção, mitigação e/ou compensação dos impactos socioambientais negativos causados pela construção da usina, bem como a potencialização e otimização dos impactos positivos. O PBA possui um orçamento total de aproximadamente R\$ 120 milhões (13% do custo da usina) e seu detalhamento está disponível no site www.consorcio Cruzeiro do Sul.com.br.

- **Gerenciamento de TCs (Termos de Compromisso), TACs (Termo de Ajustamento de Conduta), multas e notificações socioambientais**

Desde 2007 é emitido trimestralmente relatório interno de acompanhamento de sanções relacionadas ao tema. Este relatório, mais que um monitoramento, é um instrumento de gestão que permite o direcionamento de ações proativas para redução da exposição a sanções e melhoria do desempenho socioambiental. Em 2009, a Companhia recebeu a seguinte multa:

	Data	Local	Multas		Objeto
			Valor (R\$)	Situação	
Copel Geração e Transmissão	jul-09	Diamante do Norte	-	Em recurso	Suprimir vegetação nativa e causar dano à estação ecológica Cauá em área aproximada de 0,165 ha

6.5.2 Gestão socioambiental de reservatórios

- **Controle da qualidade da água**

A Copel GeT realiza o monitoramento trimestral da água em pontos de coleta a montante e a jusante de seus 18 reservatórios. São realizadas análises físico-química, microbiológica, de fitoplâncton e de perfis. Os dados obtidos são utilizados na elaboração de relatórios e na avaliação de medidas a serem tomadas para a melhoria da qualidade da água.

- **Programa de monitoramento e controle de algas em Foz do Areia**

O aumento de nutrientes carregados para o reservatório serve de “alimento” para as algas, o que, aliado ao calor e à claridade abundante, desencadeia um processo conhecido como floração de algas, isto é, o aumento da reprodução destes microorganismos. As cianobactérias, conhecidas como algas azuis, podem provocar gosto e odor desagradável na água e desequilibrar os ecossistemas aquáticos. Algumas cianobactérias são capazes de liberar toxinas, podendo provocar sérias consequências a pessoas e animais que ingerirem ou tiverem contato direto com a água contaminada. Por esta razão, o reservatório da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, utilizado para fins de lazer, sofreu diversas interdições nos últimos anos.

Para minimizar os riscos socioambientais, em 2009, a Copel GeT aumentou a malha amostral do

monitoramento da Qualidade de Água do reservatório de Foz do Areia, de 4 pontos trimestrais para 11 pontos mensais, determinando as fontes de maior contribuição de nutrientes e permitindo a Modelagem do Reservatório, direcionando ações de minimização dos efeitos adversos.

• **Tributo às águas**

O programa tem como objetivo melhorar a qualidade e disponibilidade das águas dos reservatórios da Copel Geração e Transmissão. Por meio dele a Companhia participa do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias - PGAIM, do Estado do Paraná, que visa promover a qualidade e a disponibilidade das águas no Estado e do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais no Estado do Paraná, que mobilizou gestores municipais de todo o Estado. Em 2009, foram investidos R\$ 0,8 milhão no desenvolvimento de ações que resultaram em benefícios para toda a população do Estado do Paraná:

- SIG-SAM, ferramenta de geoprocessamento desenvolvida pela Copel Geração e Transmissão em cooperação com outras entidades, para gestão das microbacias, disponibilizado gratuitamente na Internet.
- Desenvolvimento da base hídrica e geração de polígonos das microbacias do Paraná, para sistemas de geoprocessamento, em parceria da Copel Geração e Transmissão com outras instituições do Estado, utilizando metodologia da Agência Nacional de Águas;
- Reflorestamento de Áreas de Proteção Permanente - APP nas microbacias do programa.
- Adoção do programa Guardiã das Águas, maior grupo de escoteiros do Brasil, que atua na defesa do meio ambiente e na proteção das águas das nascentes do Rio Iguaçu.

• **Programa de peixamento de reservatórios**

Visa o repovoamento dos reservatórios com espécies nativas de peixes, algumas sob risco de extinção. A Estação Experimental de Estudos Ictiológicos - EEEI da Copel Geração e Transmissão, localizada na Usina Ney Braga, é um centro dedicado a pesquisar espécies típicas do Rio Iguaçu e reproduzi-las em larga escala, contribuindo para manter o equilíbrio ambiental de toda a bacia. Usando aprimorados métodos científicos e os mais modernos equipamentos, a estação responde pela condução das principais pesquisas voltadas a ictiofauna do Iguaçu. A EEEI conta com uma área alagada de 6.250 m², distribuída em 10 tanques e produz uma média anual de 1 milhão de alevinos, tendo iniciado a produção de peixes para repovoamento em 1996.

No ano de 2009, a produção de alevinos de espécies nativas chegou ao número de 610.000. As ações de repovoamento contemplaram 16 reservatórios, nos quais foram soltos 500.000 alevinos de espécies nativas das bacias hidrográficas. Os demais alevinos produzidos foram doados para utilização em programas de educação ambiental e eventos relacionados ao Dia do Rio.

Outra atividade desenvolvida pelos técnicos da EEEI, é o resgate de peixes presos nas turbinas,

no fechamento de vertedouros e nas obras de manutenção de PCHs. Em 2009, foram resgatados 3.515 peixes, dos quais 3.357 vivos, que foram soltos imediatamente a jusante das usinas.

- **Programa Florestas Ciliares**

O Programa Florestas Ciliares foi implementado na Copel Geração e Transmissão em 2006 e visa à recuperação ambiental das margens de seus reservatórios. Desde sua criação, o programa propiciou o plantio de 533.447 mudas, correspondendo a uma área reflorestada de 284 hectares. Em 2009, foram plantadas 133.224 mudas em uma área de 80 hectares.

Durante o ano, também tiveram início as atividades do Projeto de Cooperação Florestal, visando a recuperação da faixa ciliar em áreas de terceiros no entorno dos reservatórios da Copel e dos seus afluentes diretos. Foram plantadas espécies nativas em duas propriedades às margens do reservatório de Apucarantina, em uma área a jusante de Salto Caxias, onde foram construídos 710 metros de cerca. No município de Cruz Machado houve a doação de 5.885 cruzetas para uso como mourões e 70 mil metros de arame, para a construção de 14 km de cercas, na bacia hidrográfica do rio Poço Preto, afluente do rio da Areia (UHE Gov. Bento Munhoz).

- **Controle de espécies invasoras**

Durante 2009, foram suprimidos 15 hectares de Pinus (*Pinus* spp.) de áreas originalmente cobertas por campos naturais (estepe) em áreas da UHE São Jorge e Pitangui, na região de Ponta Grossa. Na UHE Gov. José Richa foram substituídos 2 hectares de Leucena (*Leucaena leucocephala*), espécie invasora na região, por espécies nativas.

Caracteriza-se como invasora aquela cuja introdução e/ou dispersão ameaça a diversidade biológica de uma determinada região.

- **Programa de reassentamento em usinas**

O programa visa melhorar a qualidade de vida das famílias e evitar o êxodo rural nas áreas abrangidas pela implantação de usinas, apoiando tecnicamente os reassentados em programas sustentáveis de geração de renda. Tem como público-alvo a população diretamente afetada pelos reservatórios das Usinas Governador Ney Braga (Segredo) e Governador José Richa (Salto Caxias). Em 2009, foi concluído o levantamento topográfico georeferenciado e de uso e ocupação do solo de lotes rurais das fazendas Refopas, Centenário, Barater, Flamapec, Boa Esperança e Nova Prata do Iguaçu. O levantamento apóia a regularização técnica e documental no âmbito do programa de reassentamento de Salto Caxias, cuja conclusão foi postergada para 2013 em função dos prazos de obtenção de certificação e o georeferenciamento do imóvel rural junto ao Incra. Neste ano não foi realizada nenhuma atividade no Reassentamento de Segredo.

6.5.3 Manejo sustentável da vegetação sob linhas de transmissão

Em 2009, a Copel GeT implantou 12 projetos de Linhas de Transmissão - LTs, sendo 8

predominantemente rurais, atravessando áreas de preservação ambiental. Os impactos ambientais são mitigados por meio de diversas ações, desde a fase de projeto até a construção. O traçado da linha prioriza áreas agrícolas, pastagens, capoeiras ou vegetação de menor interesse de preservação, ainda que isto implique em custo adicional pela inclusão de vértices sucessivos e torres mais pesadas. Quando não é possível evitar que a LT atravesse pequenas faixas com cobertura florestal, o inventário florestal realizado na fase de levantamento topográfico subsidia ações mitigatórias. Nesta etapa são definidas torres mais altas para possibilitar a passagem dos cabos por sobre a vegetação e minimizar as interferências. As torres eventualmente inseridas em área de preservação ocupam uma área mínima correspondente à área da base da torre, acrescida de uma área circundante necessária para a manutenção. Como medida compensatória, são plantadas mudas para reposição da área desmatada.

6.5.4 Emissões, efluentes e resíduos

- **Emissões**

Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa - GEE

Em 2008, a Copel GeT, através de sua Controladora, aderiu ao Programa Brasileiro *GHG Protocol*, que visa constituir plataforma nacional para publicação dos inventários de GEE corporativos e organizacionais, compatíveis com o estado da arte internacional, adaptando-os ao contexto nacional. Em 2009, a Copel elaborou e divulgou seu primeiro inventário corporativo de GEE.

A Companhia participa, em conjunto com outras empresas do setor, de projeto de P&D para a definição de metodologia de medição de GEE de reservatórios. Foi elaborada também proposta de projeto de P&D para a medição de GEE na bacia de acumulação do reservatório da UHE Mauá, antes do seu enchimento, para avaliar o balanço líquido de GEE dele proveniente. Está em processo licitatório a contratação de projeto MDL para qualificação da UHE Mauá para obtenção de créditos de carbono.

Em 2010, será elaborado o segundo inventário de GEE e divulgada a plataforma Copel de enfrentamento das mudanças climáticas, contemplando riscos, oportunidades e mecanismos de compensação e redução de emissões de GEE.

Emissões de óxidos de enxofre

As emissões de fontes fixas de dióxido de enxofre SO₂ ocorreram na usina termelétrica de Figueira com as seguintes quantidades anuais, de 2007 a 2009:

Emissões atmosféricas (em toneladas)	2009	2008	2007
SO ₂	3.908	1.480	5.400

- **Efluentes**

O monitoramento dos efluentes da usina termelétrica de Figueira é realizado na própria usina. Em 2009, foi verificado que o efluente da usina está causando um gradiente de temperatura, o que pode alterar a qualidade da água do rio. A partir da identificação da não conformidade, foi elaborado um plano de ação para identificar a sua causa e corrigi-la, lançando o efluente na temperatura adequada.

- **Resíduos**

Em 2009 foi editada norma que estabelece regras para a redução na produção de resíduos e o correto manejo de resíduos gerados na Copel GeT.

A compostagem transforma resíduos vegetais, gerados internamente, e do preparo e sobra de refeições em um composto rico em nutrientes minerais, aplicado em áreas degradadas e nas instalações da Companhia.

Em 2009, a Copel participou da 4ª. Feira Brasileira de Reciclagem, Preservação e Tecnologia Ambiental. Em seu estande, confeccionado com materiais reutilizados, foram apresentadas boas práticas e ações socioambientais de reaproveitamento e reutilização de resíduos industriais.

Em 2009, seis equipamentos contendo ascarel foram retirados de operação, os quais serão destinados em 2010, juntamente com sete toneladas de resíduos de ascarel armazenadas no depósito de resíduos perigosos do Pólo Atuba.

6.5.5 Programa de Gestão da Biodiversidade

Tem como estratégias: **a)** transformar em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, áreas próprias que não as de preservação permanente ou reserva legal; **b)** estimular a recuperação ambiental de áreas próprias, representativas das regiões fitogeográficas do Estado e conservar a biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras de seus reservatórios; **c)** contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade do Paraná; **d)** incentivar adoção de ações mitigatórias de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos. Entre os projetos realizados, destacamos:

- **Recuperação da biodiversidade em áreas degradadas**

Nas usinas, áreas que durante a construção abrigaram estruturas civis são reconstituídas, a fim de que retornem à sua fisionomia florestal. Ao longo das linhas, a recomposição vegetal com hidrosemeadura e plantios de mudas recuperam os locais de solo descoberto, evitando erosão. A recuperação é feita com espécies arbóreo/arbustivas produzidas nos Hortos Florestais da Companhia. Em 2009, foram produzidas 181.060 mudas, volume menor em relação ao histórico, em função de descontinuidades contratuais.

- **Programa de criação de unidades de conservação**

A Copel possui aproximadamente 10.000 hectares de área preservada na Serra do Mar Paranaense - Floresta Ombrófila Densa. O Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação, formado por técnicos da Companhia e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, estudou esta área e propôs a transformação de 5.838 hectares em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN. Em outubro a documentação do processo foi encaminhada para análise e anuência da Aneel.

- **Projeto Muriqui**

O Projeto Muriqui visa à conservação dos muriquis que habitam uma área sob a linha de transmissão Bateias-Jaguariaíva, no município de Castro - PR. O grupo, encontrado durante a construção da linha, é o único já registrado no Estado do Paraná e é uma espécie de primata reconhecida nacional e internacionalmente como ameaçada de extinção. A pesquisa que será realizada através do projeto subsidiará as ações para a conservação da espécie.

- **Conservação de Bosque Nativo em Curitiba**

A Copel ocupa, desde 1976, uma fração de um terreno de 94 mil m² em uma região nobre e central da cidade de Curitiba, conservando nele um remanescente de bosque nativo de aproximadamente 50 mil m². Este bosque é o remanescente da mata que tomava toda a região, reduzida pelo processo de urbanização da cidade. A Copel iniciou em 2009 estudos para projeto de ampliação das edificações do local, em conformidade com a legislação, com a Prefeitura de Curitiba e com o IPPUC, tendo como premissa a conservação do bosque. Neste ano ocorreu o primeiro diálogo com a comunidade acerca do novo projeto e seus possíveis impactos.

6.5.6 Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico e científico (P&D)

Destacamos os seguintes estudos voltados ao meio ambiente:

- **Geração de energia a partir de etanol: reformador integrado a célula a combustível** – tem o objetivo de desenvolver novos materiais para reforma catalítica de etanol a hidrogênio, construção de reator de reforma de etanol e acoplamento do reator a uma célula de pequeno porte, com investimento de R\$ 1,6 milhão.
- **Geração alternativa de energia através de resíduos industriais e avaliação de emissões** tem o objetivo de identificar o potencial energético dos resíduos industriais, avaliando o resíduo individualmente e na composição com outros resíduos, com investimento de R\$ 0,6 milhão.

- **Aplicação de biodiesel e de misturas à base de diesel/biodiesel e diesel/etanol/aditivo em grupos geradores** – tem os seguintes objetivos: a) Avaliar a estabilidade oxidativa do biodiesel e de misturas à base de diesel/biodiesel e diesel/etanol/aditivo comparativamente a do diesel em escala laboratorial e em campo, durante seu uso em grupos geradores; b) Testar produtos antioxidantes que prolonguem a estabilidade do biodiesel e das misturas à base de diesel/biodiesel e diesel/etanol/aditivo em condições de envelhecimento acelerado; c) Avaliar, em campo, a combustão e as emissões geradas com a utilização de biodiesel e misturas à base de diesel/biodiesel e diesel/etanol/aditivo em grupos geradores; e d) Comparar a eficiência dos combustíveis alternativos (biodiesel e etanol) com diesel. O investimento total será de R\$ 0,6 milhão.
- **Relação entre a quantidade da água e a evolução do uso do solo da bacia hidrográfica do Rio Tibagi** – tem como objetivo caracterizar a transformação do uso do solo e possível correlação com o índice de qualidade da água. O índice desenvolvido pode ser utilizado como levantamento preliminar das condições da qualidade das águas nas bacias hidrográficas do Paraná. O investimento total será de R\$ 0,4 milhão.

6.6 Balanço social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Copel Geração e Transmissão							
1 - BASE DE CÁLCULO		2009			2008				
NE 25 e	26 Receita Líquida - RL	1.621.145				1.544.088			
	Resultado Operacional - RO	877.531				834.197			
NE 27.c	Folha de Pagamento Bruta - FPB	166.603				147.465			
	Valor Adicionado Total - VAT	1.420.311				1.403.097			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre:			% Sobre:				
		FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT		
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	12.482	7,5	0,8	0,9	10.428	7,1	0,7	0,7
NE 27.c	Encargos sociais compulsórios	40.983	24,7	2,4	3,0	36.534	24,9	2,3	2,7
NE 19	Plano previdenciário	(26.276)	(15,8)	(1,6)	(1,9)	(836)	(0,6)	(0,1)	(0,1)
NE 19	Saúde (Plano assistencial)	14.740	8,8	0,9	1,0	3.107	2,1	0,2	0,2
	Segurança e medicina no trabalho	823	0,5	0,1	0,1	811	0,5	0,1	0,1
	Educação	427	0,3	-	-	457	0,3	-	-
	Cultura	912	0,5	0,1	0,1	552	0,4	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	2.561	1,5	0,2	0,2	2.372	1,6	0,2	0,2
	Auxílio creche	84	0,1	-	-	62	-	-	-
NE 27.c	Participação nos lucros e/ou resultados	14.721	8,8	0,9	1,0	16.289	11,0	1,1	1,2
NE 27.c	Indenizações Trabalhistas	18.660	11,2	1,2	1,3	(194)	(0,1)	-	-
(1)	Outros benefícios	270	0,2	-	-	253	0,2	-	-
	Total	80.387	48,3	5,0	5,7	69.835	47,4	4,5	5,0

NE - Nota Explicativa

(continuação)

Copel Geração e Transmissão										
					2009			2008		
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					% Sobre:			% Sobre:		
					RO	RL	VAT	RO	RL	VAT
NE 27.h	Cultura (Lei Rouanet e Audiovisual)	3.305	0,4	0,2	0,2	3.400	0,4	0,2	0,2	
	Saúde e saneamento	534	0,1	-	-	1.337	0,2	0,1	0,1	
	Programa Reassentamento de famílias	534	0,1	-	-	1.337	0,2	0,1	0,1	
	Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	160	-	-	-	
	Outros	4.911	0,6	0,3	0,3	3.264	0,4	0,3	0,3	
NE 27.h	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	480	0,1	-	-	760	0,1	-	0,1	
	Indenização para comunidades indígenas	4.424	0,5	0,3	0,3	2.482	0,3	0,3	0,2	
	Outros programas	7	-	-	-	22	-	-	-	
Total das contribuições para a sociedade		8.750	1,1	0,5	0,5	8.161	1,0	0,6	0,6	
Tributos (excluídos encargos sociais)		557.597	63,5	34,4	39,3	540.812	64,8	35,0	38,5	
Total		566.347	64,6	34,9	39,8	548.973	65,8	35,6	39,1	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS					% Sobre:			% Sobre:		
					RO	RL	VAT	RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com as operações da empresa		27.439	3,1	1,7	2,0	16.400	2,0	1,1	1,2	
	PEE e P&D	22.100	2,5	1,4	1,6	12.431	1,6	0,9	0,9	
	Gestão de resíduos	85	-	-	-	254	-	-	-	
	Programas de proteção de Fauna e Flora	5.254	0,6	0,3	0,4	3.715	0,4	0,2	0,3	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		554	0,1	-	-	215	-	-	-	
	Educação Ambiental e Museu Reg. Iguaçu	531	0,1	-	-	90	-	-	-	
	Outros programas	23	-	-	-	125	-	-	-	
Total		27.993	3,2	1,7	2,0	16.615	2,0	1,1	1,2	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:					() não possui metas	(x) não possui metas				
					() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%				
					() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%				
					(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%				

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		Copel Geração e Transmissão				
		2009			2008	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
(2)	Empregados no final do período	1.594			1.554	
	Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens
	Total Superior e extensão universitária	790	583	207	763	562
	Total 2º Grau	757	659	98	743	647
	Total 1º Grau	47	41	6	48	43
	Faixa etária dos empregados(as):					
	Abaixo de 30 anos	285			297	
	De 30 até 45 anos (exclusive)	666			588	
	Acima de 45 anos	643			669	
	Admissões durante o período	161			100	
	Mulheres que trabalham na empresa	311			302	
	% Mulheres em cargos gerenciais:					
	em relação ao nº total de mulheres	0,1			5,6	
	em relação ao nº total de gerentes	0,2			13,8	
	Negros(as) que trabalham na empresa	118			110	
	% Negros(as) em cargos gerenciais:					
	em relação ao nº total de negros(as)	1,7			1,8	
	em relação ao nº total de gerentes	1,4			1,6	
	Portadores(as) de necessidades especiais	14			14	
	Dependentes	3.650			3.758	
	Estagiários(as)	41			42	
	Terceirizados	846			769	
<hr/>						
		2009			Metas	2010
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27				27
	Número total de Acidentes de Trabalho	74			<	74
	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências			direção e gerências	
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa			todos(as) + Cipa	
	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT			incentivará e seguirá a OIT	
	A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)			todos(as) empregados(as)	
	A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)			todos(as) empregados(as)	
	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos			serão sugeridos	
	Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva			organizará e incentivará	

(continuação)	Copel Geração e Transmissão		
	2009	Metas	2010
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA

NA - não se aplica

	Copel Geração e Transmissão	
	2009	2008
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :		
Financiadores	1,8%	5,6%
Pessoal	10,6%	9,4%
Governo	41,5%	40,6%
Acionistas	43,8%	42,2%
Retido	2,3%	2,2%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) No cômputo da força de trabalho estão incluídos 13 menores aprendizes em 2009, e 12 em 2008.

- As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.
- A Copel Geração e Transmissão é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.370.282/0001-70.
- A Copel Geração e Transmissão não contrata mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:
Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com



Geração e Transmissão

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER
Membros HERON ARZUA
WILSON PORTES

DIRETORIA

Diretor Presidente e de Administração RUBENS GHILARDI
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e
de Controle de Participações ANTONIO RYCHETA ARTEN
Diretor de Operação de Geração e Transmissão de Energia RAUL MUNHOZ NETO
Diretor Jurídico PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial e
Diretora Adjunta MARLENE ZANNIN

CONTADOR

Contador - CRC-PR - 024769/O-3 ENIO CESAR PIECZARKA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 -240

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2009



Geração e Transmissão

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Demonstrações do Valor Adicionado.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Concessões	12
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	13
4 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras	13
5 Principais Práticas Contábeis.....	15
6 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Líquidos.....	22
8 Impostos e Contribuições Sociais	24
9 Cauções e Depósitos Vinculados	26
10 Outros Créditos.....	26
11 Estoques.....	27
12 Depósitos Judiciais	27
13 Investimentos.....	28
14 Imobilizado.....	29
15 Intangível	34
16 Empréstimos e Financiamentos	36
17 Fornecedores.....	41
18 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	42
19 Benefícios Pós-Emprego.....	42
20 Encargos do Consumidor a Recolher	45
21 Pesquisa e Desenvolvimento	45
22 Outras Contas a Pagar	46
23 Provisões para Contingências.....	46
24 Patrimônio Líquido	48
25 Receita Operacional.....	49
26 Deduções da Receita Operacional.....	51
27 Custos e Despesas Operacionais	52
28 Resultado Financeiro	57
29 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	57
30 Instrumentos Financeiros	58
31 Transações com Partes Relacionadas	62
32 Seguros.....	63
33 Gastos em Meio Ambiente	65
34 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	66
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	67



Geração e Transmissão

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	784.032	920.861
Consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	7	235.752	220.963
Dividendos a receber		3.931	-
Serviços em curso		18.497	10.541
Impostos e contribuições sociais	8	9.479	7.530
Cauções e depósitos vinculados	9	72.061	79.079
Outros créditos	10	11.632	11.858
Estoques	11	9.683	10.423
		1.145.067	1.261.255
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	7	-	75
Impostos e contribuições sociais	8	86.747	89.433
Títulos e valores mobiliários		40.103	-
Depósitos judiciais	12	8.883	21.830
Outros créditos	10	1.881	1.881
		137.614	113.219
Investimentos	13	403.750	412.646
Imobilizado	14	3.632.010	3.530.039
Intangível	15	65.719	63.220
		4.239.093	4.119.124
TOTAL DO ATIVO		5.384.160	5.380.379

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Geração e Transmissão

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	52.616	61.373
Fornecedores	17	121.657	68.791
Impostos e contribuições sociais	8	133.505	128.827
Dividendos a pagar		473.108	562.618
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	18	54.006	39.664
Benefícios pós-emprego	19	5.969	5.908
Outros passivos regulatórios		-	11.680
Encargos do consumidor a recolher	20	3.791	3.548
Pesquisa e desenvolvimento	21	11.741	28.352
Outras contas a pagar	22	36.635	32.129
		893.028	942.890
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	300.809	246.927
Provisões para contingências	23	213.223	183.421
Fornecedores	17	196.863	237.807
Benefícios pós-emprego	19	96.013	130.054
Pesquisa e desenvolvimento	21	19.928	5.324
Outras contas a pagar	22	2.596	4.995
		829.432	808.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	3.505.994	3.400.378
Reservas de lucros		155.706	228.583
		3.661.700	3.628.961
TOTAL DO PASSIVO		5.384.160	5.380.379

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Geração e Transmissão

Demonstrações do Resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL	25		
Fornecimento de energia elétrica		161.174	165.006
Suprimento de energia elétrica		1.445.063	1.385.477
Disponibilidade da rede elétrica		251.797	228.129
Outras receitas operacionais		36.186	25.423
		1.894.220	1.804.035
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	26	(273.075)	(259.947)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.621.145	1.544.088
CUSTOS OPERACIONAIS	27		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(73.679)	(70.065)
Encargos de uso da rede elétrica		(181.159)	(163.618)
		(254.838)	(233.683)
Custo de operação			
Pessoal		(144.654)	(125.904)
Planos previdenciário e assistencial		9.315	(1.391)
Material		(10.896)	(9.748)
Matéria-prima e insumos para produção de energia		(21.979)	(19.577)
Serviços de terceiros		(45.892)	(42.206)
Depreciação e amortização		(130.917)	(132.757)
Outros custos de operação		15.367	12.330
		(329.656)	(319.253)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal		(8.054)	(81)
Material		(815)	(2)
Serviços de terceiros		(2.327)	(38)
Outros custos do serviço prestado a terceiros		(74)	(6)
		(11.270)	(127)
		(595.764)	(553.063)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.025.381	991.025
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	27		
Despesas com vendas		195	1.516
Despesas gerais e administrativas		(75.305)	(61.460)
Outras receitas (despesas), líquidas		(135.953)	(126.599)
		(211.063)	(186.543)
RESULTADO DO SERVIÇO		814.318	804.482
RESULTADO FINANCEIRO	28		
Receitas financeiras		84.054	99.979
Despesas financeiras		(16.035)	(76.023)
		68.019	23.956
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	13	(4.806)	5.759
RESULTADO OPERACIONAL		877.531	834.197
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	877.531	834.197
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8		
Imposto de renda e contribuição social		(220.340)	(205.537)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.405)	(5.483)
		(222.745)	(211.020)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		654.786	623.177
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,1868	0,1833

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	NE nº	2.947.018	91.808	105.616	-	3.144.442
Aumento de capital social		453.360	-	-	-	453.360
Lucro líquido do exercício		-	-	-	623.177	623.177
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	24.b	-	31.159	-	(31.159)	-
Juros sobre o capital próprio	24.c	-	-	-	(196.000)	(196.000)
Dividendos	24.c	-	-	-	(396.018)	(396.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2008		3.400.378	122.967	105.616	-	3.628.961
Aumento de capital social		105.616	-	(105.616)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	654.786	654.786
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	24.b	-	32.739	-	(32.739)	-
Juros sobre o capital próprio	24.c	-	-	-	(222.263)	(222.263)
Dividendos	24.c	-	-	-	(399.784)	(399.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		3.505.994	155.706	-	-	3.661.700

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Geração e Transmissão

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		654.786	623.177
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.g	(198)	(11.135)
Depreciação	14	133.162	134.932
Amortização de intangíveis - concessão	15	2.345	195
Amortização de intangíveis - outros	15	767	577
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		12.697	70.958
Resultado da equivalência patrimonial	13	4.806	(5.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	2.405	5.483
Variações em outros passivos regulatórios - líquidas		(11.680)	(24.711)
Provisões para contingências	27.g	31.550	32.054
Reversão de provisão para benefícios pós-emprego	19.c	(30.863)	(15.120)
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	21	5.461	-
Baixas de imobilizado - líquidas	14	19.125	3.138
Baixas de intangível - líquidas	15	-	59
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e revendedores		(14.516)	(3.107)
Serviços em curso		(7.956)	(3.093)
Impostos e contribuições sociais		(1.722)	(7.189)
Depósitos judiciais		13.924	(558)
Estoques		740	(5.884)
Outros créditos		226	5.607
Aumento (redução) dos passivos			
Empréstimos e financiamentos - juros pagos		(48.498)	(44.227)
Provisões para contingências	23	(12.629)	(14.979)
Fornecedores		6.333	25.988
Impostos e contribuições sociais		4.732	(3.315)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		14.342	2.715
Benefícios pós-emprego		(3.117)	(2.174)
Encargos do consumidor a recolher		243	(422)
Pesquisa e desenvolvimento		(9.517)	370
Outras contas a pagar		1.910	11.764
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		768.858	775.344

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(14.989)	-
Cauções e depósitos vinculados		(11.432)	(12.887)
Adições em participações societárias	13	(3)	(281)
Adições no imobilizado	14	(244.415)	(141.736)
Participação financeira dos consumidores	14	-	(4.738)
Adições no intangível	15	(5.773)	(1.415)
Venda de imobilizado	14	385	1.042
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(276.227)	(160.015)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	16	116.268	2.306
Empréstimos e financiamentos - amortizações de principal		(34.171)	(35.879)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(711.557)	(534.087)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		(629.460)	(567.660)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		(136.829)	47.669
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	920.861	873.192
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	784.032	920.861
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(136.829)	47.669

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	203.159	184.432
--	---------	---------



Geração e Transmissão

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas	25	1.894.220	1.804.035
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	27.g	198	11.135
Outros resultados operacionais		(17.223)	(942)
Total		1.877.195	1.814.228
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	27.a	78.797	75.071
Encargos de uso da rede elétrica	27.b	197.855	179.166
Material, insumos e serviços de terceiros		98.210	91.067
Prog. incentivo novas fontes energia alternativa - Proinfra	26	296	187
Outros insumos		31.762	35.674
Total		406.920	381.165
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.470.275	1.433.063
(-) Depreciação e amortização	27	136.274	135.704
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.334.001	1.297.359
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas	28	91.116	99.979
Resultado de participações societárias		(4.806)	5.759
Total		86.310	105.738
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.420.311	1.403.097

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2009	%	2008	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	27.c	125.687		111.333	
Planos previdenciário e assistencial	19	(13.356)		415	
Auxílio alimentação e educação	27.c	10.280		8.720	
Encargos sociais - FGTS		9.143		8.124	
Indenizações trabalhistas (reversões)	27.c	18.660		(194)	
Participação nos lucros e/ou resultados	27.c	14.721		16.289	
Transferências para imobilizado em curso	27.c	(14.777)		(12.332)	
Total		150.358	10,6	132.355	9,4
Governo					
Federal		541.703		526.063	
Estadual		46.658		42.321	
Municipal		1.075		837	
Total		589.436	41,5	569.221	40,6
Financiadores					
Juros e multas		23.029		75.809	
Arrendamentos e aluguéis	27.h	2.702		2.535	
Total		25.731	1,8	78.344	5,6
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	24.c	222.263		196.000	
Dividendos propostos	24.c	399.784		396.018	
Lucros retidos na empresa		32.739		31.159	
Total		654.786	46,1	623.177	44,4
		1.420.311	100,0	1.403.097	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Geração e Transmissão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão ou Companhia) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora os serviços de geração e de transmissão de energia elétrica.

A Copel Geração e Transmissão participa dos seguintes empreendimentos:

a) Copel Empreendimentos Ltda.

Sociedade limitada em que a Companhia detém 100% das quotas, que tem por objeto principal a prestação de serviços de planejamento, coordenação e organização de empresas que visem à produção de energia elétrica, transporte e comercialização de atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de usinas produtoras de energia elétrica, e participar de outras sociedades como acionista ou sócia-quotista.

A Copel Empreendimentos detém 60% das quotas da UEG Araucária Ltda., que tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua consequente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,15 MW. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica foi emitida pela Aneel em 22.12.1999, por 30 anos, prazo prorrogável a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

b) Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Companhia detém 70% das quotas, constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná.

c) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova nº 004/2006 Aneel, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir da data da assinatura do contrato, ocorrida em 03.07.2007.

2 Concessões

A Companhia explora o serviço de geração de energia elétrica através de 17 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, totalizando 4.549,61 MW de capacidade instalada, 1.956,92 MW (médio) de energia assegurada e com as datas de vencimento das concessões relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW médio)	Data da concessão da Aneel	Data de vencimento da concessão
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2029
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2030
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Guaricana	Arraial	36,00	13,60	13.08.1976	16.08.2026
Chaminé	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Apucarantina	Apucarantina	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2029
Marumbi ^(a)	Ipiranga	4,80	3,94	-	-
São Jorge	Pitangui/Tibagi	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Chopim I	Chopim	1,98	1,27	20.03.1964	07.07.2015
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,72	1,13	14.02.1984	14.02.2014
Cavernoso	Cavernoso/Iguaçu	1,30	0,86	07.01.1981	07.01.2031
Salto do Vau ^(b)	Palmital	0,94	0,60	27.01.1954	-
Pitangui ^(b)	Pitangui	0,87	0,57	05.12.1954	-
Melissa ^(b)	Melissa	1,00	0,57	08.10.1993	-
Termelétrica					
Figueira		20,00	10,30	21.03.1969	26.03.2019
Total		4.549,61	1.956,92		

^(a) Em processo de homologação na Aneel.

^(b) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel.



Geração e Transmissão

A Companhia explora o serviço de transmissão, através de 30 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV e 1.942,0 km de linhas de transmissão, pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná. Deste total, 1.773,3 km tem vencimento da concessão em julho de 2015, 137,1 km em agosto de 2031 - Linha de Transmissão de 230 kV Bateias - Jaguariaíva e 31,6 km em março de 2038 - Linha de Transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho, podendo ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para a emissão das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria da Controladora realizada em 15.03.2010.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Para fins de melhor apresentação e comparação, foram efetuadas as seguintes reclassificações nos saldos contábeis de 31.12.2008:

Conta original	Conta de reclassificação	31.12.2008
Ativo não circulante Investimentos (a)	Ativo não circulante Imobilizado	56.517

a) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, conforme determinação do despacho Aneel nº 3.467, de 18.09.2008, aplicável a partir de 1º.01.2009 (NE nº 17.g)

Não foram identificados ajustes que modificassem o resultado e o patrimônio líquido apresentados em 31.12.2008.

4 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.



Geração e Transmissão

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 27 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e as interpretações técnicas - ICPCs que serão aplicáveis para a Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC / ICPC	Título
CPC 15	Combinação de negócios
CPC 16	Estoques
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada
CPC 19	Investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture)
CPC 20	Custos de empréstimos
CPC 22	Informação por segmento
CPC 23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
CPC 24	Evento subsequente
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27	Ativo imobilizado
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o lucro
CPC 33	Benefício a empregados
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de concessão (IFRIC 12)
ICPC 03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27)
ICPC 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações contábeis separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27,28,37 e 43

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º.01.2010, a Companhia avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31.12.2009.



5 Principais Práticas Contábeis

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2) Consumidores, concessionárias e permissionárias

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Títulos e valores mobiliários

Inclui Letras do Tesouro Nacional classificadas como mantidas até o vencimento e, por consequência, são registradas ao custo, acrescido pela remuneração calculada pela curva dos respectivos papéis.

5) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas são registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

6) Intangível - concessões

Os valores contabilizados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões são amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão.



Geração e Transmissão

7) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

8) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, pelo custo amortizado.

9) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.



Geração e Transmissão

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da Contribuição Social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho da Administração da Controladora.

A companhia, conforme facultado pela Medida Provisória nº 449/2008, optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT para os anos de 2008 e 2009.

10) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

11) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

12) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

13) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisões para contingências, Imposto de Renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos à revisão de seus participantes.



Geração e Transmissão

14) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas operacionais são reconhecidas quando: **(i)** o valor da receita é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

15) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

16) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.



Geração e Transmissão

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial e outras vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria Dnaee nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367, de 26.06.2009.

3) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

4) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do Passivo não circulante e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

5) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.



Geração e Transmissão

6) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

7) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

O P&D é um programa de investimento em pesquisa e desenvolvimento exigido pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia - MME.

8) Questões ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiver de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração %	2009	2008
Caixa e bancos	-	-	-	5.709	6.567
Aplicações financeiras					
Banco do Brasil	CDB DI	14/08/09	102,20	-	23.091
Banco do Brasil	CDB DI	24/08/09	102,20	-	31.395
Banco do Brasil	CDB DI	04/09/09	102,20	-	39.593
Banco do Brasil	CDB DI	11/09/09	102,20	-	2.702
Banco do Brasil	CDB DI	01/06/10	101,00	-	3.585
Banco do Brasil	CDB DI	29/06/10	102,00	38.667	35.118
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	28/01/10	100,15	-	3.330
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	09/11/11	100,00% CDI	15.214	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	28/11/11	100,00% CDI	9.069	-
Banco do Brasil	Op. Compromissadas	30/12/11	100,05% CDI	24.004	-
Banco do Brasil	Cotas	-	-	58.252	53.813
Banco do Brasil	Cotas	-	-	58.391	53.935
Banco do Brasil	CDB DI	24/12/10	100,00% CDI	5.003	-
Banco do Brasil	CDB DI	24/12/10	100,10% CDI	9.006	-
Banco do Brasil	CDB DI	12/11/10	100,15% CDI	3.031	-
Banco do Brasil	CDB DI	16/11/10	100,15% CDI	48.475	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/04/10	100,20% CDI	8.481	-
Banco do Brasil	CDB DI	29/07/10	100,20% CDI	18.644	-
Banco do Brasil	CDB DI	20/08/10	100,20% CDI	57.644	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/08/10	100,20% CDI	27.774	-
Banco do Brasil	CDB DI	24/09/10	100,20% CDI	16.340	-
Banco do Brasil	CDB DI	23/07/10	100,30% CDI	62.170	-
Caixa Econômica Federal	Cotas	-	-	60.987	56.347
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	06/01/10	-	-	13.429
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	07/01/10	-	-	33.308
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	21/01/10	-	-	79.668
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	26/01/10	-	-	61.477
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	28/01/10	-	-	25.787
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	09/06/10	-	-	32.186
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	18/06/10	-	-	37.346
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/07/10	-	-	31.808
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/07/10	-	-	33.801
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	29/07/10	-	-	24.600
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/09/10	-	-	43.602
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/09/10	-	-	23.781
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/10/10	-	-	20.533
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	19/10/10	-	-	3.581
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	20/10/10	-	-	21.472
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	10/11/10	-	-	8.208
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	28/11/10	-	-	35.412
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	30/11/10	-	-	28.213
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/12/10	-	-	35.162
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	21/12/10	-	-	18.011
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	09/03/11	99,5% Selic	10.323	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	18/03/11	99,5% Selic	16.035	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	10/05/11	99,5% Selic	39.006	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	28/09/11	99,5% Selic	25.478	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	10/10/11	99,5% Selic	21.352	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	17/10/11	99,5% Selic	6.088	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	19/10/11	99,6% Selic	25.361	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	18/11/11	99,6% Selic	31.231	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	30/11/11	99,7% Selic	30.144	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	07/12/11	99,7% Selic	10.029	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissadas	08/12/11	99,7% Selic	42.124	-
				778.323	914.294
				784.032	920.861



Geração e Transmissão

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB emitidos por bancos oficiais; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro; e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos (administrados por bancos oficiais). Ambas as aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2009 e 31.12.2008.

7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Líquidos

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2009	2008
Consumidores					
Industrial	11.488	788	986	13.262	14.617
Parcelamento de débitos	910	-	524	1.434	1.434
	12.398	788	1.510	14.696	16.051
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Leilão de energia	142.170	-	-	142.170	106.401
Contratos bilaterais	11.798	-	-	11.798	58.364
Ressarcimento de geradores (a)	282	-	21	303	571
Ressarcimento de geradores - NC (a)	-	-	-	-	321
Suprimento curto prazo	-	-	98	98	101
	154.250	-	119	154.369	165.758
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede básica e de conexão	28.806	104	141	29.051	31.398
	28.806	104	141	29.051	31.398
Energia elétrica de curto prazo					
Suprimento - CCEE (NE nº 29)	38.720	-	-	38.720	9.164
	38.720	-	-	38.720	9.164
Provisão para créditos liquid. duvidosa (b)	-	-	(1.084)	(1.084)	(1.333)
	234.174	892	686	235.752	221.038
31.12.2009	Circulante 234.174	892	686	235.752	
31.12.2008	Circulante 219.349	916	698		220.963
	Não Circulante - NC 75	-	-		75



Geração e Transmissão

a) Direito de ressarcimento de geradores

O direito de ressarcimento de geradores refere-se aos valores de energia livre, comercializada no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual CCEE, durante a vigência do programa emergencial do consumo de energia elétrica, no período de 01.06.2001 a 28.02.2002, e que não estava prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais. Para compensar parte das perdas do racionamento para as empresas, a Aneel implantou a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Tal medida estabelece procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com aplicação de percentual sobre a arrecadação da RTE.

Os saldos referentes ao ressarcimento de geradores, já líquidos das perdas, estão detalhados a seguir:

Distribuidoras		
	2009	2008
Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - Cerj (AMPLA)	-	421
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern	281	451
Outras - (CSPE)	22	20
	303	892
Circulante	303	571
Não circulante	-	321

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	2008	(Reversões)	2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	101	(3)	98
Concessionárias e permissionárias - NC	246	(246)	-
	1.333	(249)	1.084
Circulante	1.087	(3)	1.084
Não Circulante - NC	246	(246)	-

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.



Geração e Transmissão

8 Impostos e Contribuições Sociais

	2009	2008
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	5.388	4.039
ICMS a recuperar (b)	2.934	2.334
Outros tributos a compensar	1.157	1.157
	9.479	7.530
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	78.625	82.432
ICMS a recuperar (b)	8.122	7.001
	86.747	89.433
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	-	53
IRPJ/CSLL a pagar	111.831	106.150
ICMS a recolher	3.080	3.654
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.678	5.396
IRRF sobre juros sobre capital próprio	12.939	12.679
Outros tributos	977	895
	133.505	128.827

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia contabiliza Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e Contribuição Social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Geração e Transmissão

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	2009	2008
Ativo circulante		
Planos previdenciário e assistencial	1.140	1.201
Outras adições temporárias	4.248	2.838
	5.388	4.039
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	2.486
Planos previdenciário e assistencial	32.644	44.218
Outras adições temporárias		
Provisões para contingências	27.810	20.700
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.811	1.917
Provisão para passivo regulatório	4.560	4.594
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	6.922
Amortização de ágio	2.392	1.595
	78.625	82.432
(-) Passivo circulante		
Outras exclusões temporárias	-	53
	-	53
	84.013	86.418

O Conselho Fiscal da Companhia examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. A realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2009	36.959	25.273	
2010	-	-	5.388
2011	-	-	25.743
2012	-	-	7.202
2013	-	-	10.356
2014	-	-	7.201
2015 a 2017	-	-	9.792
até 2019	-	-	18.331
	36.959	25.273	84.013

b) ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.



Geração e Transmissão

c) Conciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	877.531	834.197
IRPJ e CSLL (34%)	(298.361)	(283.627)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	75.569	66.640
Equivalência patrimonial	(1.634)	1.958
Ajuste a valor presente - Compagas	(912)	(819)
Despesas indedutíveis	(60)	-
Benefício fiscal - Lei nº 11.941/09	4	-
Incentivos fiscais	2.625	2.837
Outros	24	1.991
IRPJ e CSLL correntes	(220.340)	(205.537)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.405)	(5.483)
Alíquota efetiva - %	25,4%	25,3%

9 Cauções e Depósitos Vinculados

No Banco do Brasil está aplicado o valor de R\$ 59.787, atualizado até 31.12.2009 (R\$ 54.403 em 2008), com remuneração de 100% da taxa DI, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina Hidrelétrica de Mauá.

Os demais depósitos atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

10 Outros Créditos

	2009	2008
Ativo circulante		
Serviços prestados a terceiros	3.936	1.647
Pagamentos antecipados	3.103	5.501
Salários de empregados cedidos a recuperar	2.888	2.888
Adiantamento a empregados	2.228	2.226
Alienação de bens e direitos	1.131	1.055
Desativações em curso	844	570
Aquisição de combustíveis por conta da CCC	638	185
Adiantamento a fornecedores	245	1.451
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(4.246)	(4.265)
Outros créditos	865	600
	11.632	11.858
Ativo não circulante		
Alienação de bens e direitos	1.881	1.881
	1.881	1.881



Geração e Transmissão

A Provisão para créditos de liquidação - PCLD refere-se ao saldo de parcelamento de faturas de Serviços prestados a terceiros e à parcela não realizável de Salários de empregados cedidos a recuperar.

11 Estoques

	2009	2008
Materiais para manutenção		
Almoxarifado	8.952	10.354
Destinados a alienação	731	69
	9.683	10.423
Materiais para investimento - imobilizado	17.911	19.287
	27.594	29.710

12 Depósitos Judiciais

	Total dos depósitos judiciais	Dedução das contingências	Ativo não circulante 2009	Ativo não circulante 2008
Trabalhistas	9.916	(3.112)	6.804	10.477
Cíveis				
Cíveis	5.728	(5.672)	56	1.886
Servidões de passagem	1.908	-	1.908	9.143
	7.636	(5.672)	1.964	11.029
Fiscais	64	(1)	63	108
Outros	52	-	52	216
	17.668	(8.785)	8.883	21.830

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para contingências e estão demonstrados na NE nº 23.

13 Investimentos

Mutação dos investimentos

	Saldo em 2008	Equiv. patrim.	Aporte	Dividendos e JCP propostos	Outros ⁽¹⁾	Saldo em 2009
Controladas						
Copel Empreendimentos Ltda.	404.461	(5.355)	-	-	-	399.106
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	5.482	549	-	(3.931)	-	2.100
	409.943	(4.806)	-	(3.931)	-	401.206
Outros investimentos						
Bens e direitos para uso futuro	1.347	-	-	-	-	1.347
Estudos e projetos	1.356	-	3	-	(162)	1.197
	2.703	-	3	-	(162)	2.544
	412.646	(4.806)	3	(3.931)	(162)	403.750

(1) Reclassificação dos aportes no Consórcio Cruzeiro do Sul (Usina de Mauá)

	Saldo em 2007	Equiv. patrim.	Aporte	Incorp. Copel Partic.	Transf. p/ bens dest. à alienação	Saldo em 2008
Controladas						
Copel Empreendimentos Ltda.	-	2.568	-	401.893	-	404.461
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	2.291	3.191	-	-	-	5.482
	2.291	5.759	-	401.893	-	409.943
Outros investimentos						
Bens e direitos para uso futuro	1.227	-	120	-	-	1.347
Estudos e projetos	-	-	161	1.195	-	1.356
Bens de renda	933	-	-	-	(933)	-
	2.160	-	281	1.195	(933)	2.703
	4.451	5.759	281	403.088	(933)	412.646

a) Centrais Eólicas e Copel Empreendimentos

Dando continuidade à reestruturação societária, estão em andamento os processos de incorporação da Copel Empreendimentos e das Centrais Eólicas do Paraná, e versão de seus ativos e passivos para a Companhia, aguardando autorização da Aneel.

14 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
			2009			2008
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	2.156.704	(815.298)	1.341.406	2.103.638	(755.222)	1.348.416
Reservatórios, barragens, adutoras	2.552.636	(1.102.365)	1.450.271	2.547.949	(1.046.459)	1.501.490
Edificações, obras civis, benfeitorias	496.283	(265.250)	231.033	494.218	(252.540)	241.678
Terrenos	81.889	-	81.889	81.331	-	81.331
Veículos	21.009	(15.024)	5.985	17.575	(13.124)	4.451
Móveis e utensílios	5.435	(3.581)	1.854	5.368	(3.229)	2.139
	5.313.956	(2.201.518)	3.112.438	5.250.079	(2.070.574)	3.179.505
Em curso						
Máquinas e equipamentos	86.654	-	86.654	95.397	-	95.397
Reservatórios, barragens, adutoras	65.192	-	65.192	3.092	-	3.092
Edificações, obras civis, benfeitorias	33.023	-	33.023	6.675	-	6.675
Terrenos	22.619	-	22.619	20.970	-	20.970
Veículos	533	-	533	131	-	131
Móveis e utensílios	75	-	75	67	-	67
A ratear	59.966	-	59.966	44.383	-	44.383
Estudos e projetos	11.768	-	11.768	12.508	-	12.508
Material em depósito	17.911	-	17.911	19.286	-	19.286
Adiantamento a fornecedores	55.383	-	55.383	20.638	-	20.638
Depósitos judiciais	166.635	-	166.635	127.574	-	127.574
	519.759	-	519.759	350.721	-	350.721
	5.833.715	(2.201.518)	3.632.197	5.600.800	(2.070.574)	3.530.226
Obrigações especiais	(187)	-	(187)	(187)	-	(187)
	5.833.528	(2.201.518)	3.632.010	5.600.613	(2.070.574)	3.530.039



Geração e Transmissão

Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Obrigações especiais	Total
	em serviço	em curso		
Em 2007	3.233.965	278.814	(4.925)	3.507.854
Incorporação parcial da Copel Participações S.A.	75	-	-	75
Reclassif. dos aportes no Cons. Cruzeiro do Sul	-	50.067	-	50.067
Programa de investimentos	-	91.669	-	91.669
Imobilizações de obras	84.096	(84.096)	-	-
Quotas de depreciação no resultado	(134.932)	-	-	(134.932)
Baixas	(2.657)	(481)	-	(3.138)
Vendas	(1.042)	-	-	(1.042)
Participação financeira dos consumidores	-	-	4.738	4.738
Transferências entre o imobilizado e o intangível	-	(2.563)	-	(2.563)
Complemento de provisões para contingências	-	17.311	-	17.311
Em 2008	3.179.505	350.721	(187)	3.530.039
Reclassif. dos aportes no Cons. Cruzeiro do Sul	-	162	-	162
Programa de investimentos	-	244.415	-	244.415
Imobilizações de obras	67.844	(67.844)	-	-
Quotas de depreciação no resultado	(133.162)	-	-	(133.162)
Quotas de depreciação transf. p/ imob. em curso	(1.382)	1.382	-	-
Baixas	(144)	(18.981)	-	(19.125)
Vendas	(385)	-	-	(385)
Transferências entre o imobilizado e o intangível	162	-	-	162
Complemento de provisões para contingências	-	9.904	-	9.904
Em 2009	3.112.438	519.759	(187)	3.632.010

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para Imobilizações em Curso, totalizando o montante de R\$ 3.344, em 2009.

O montante de ativo imobilizado em serviço totalmente depreciado representava R\$ 167.134, em 31.12.2009 (R\$ 117.821, em 31.12.2008).

a) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05.12.2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367, de 26.06.2009, são:

	%
Geração	
Equipamento geral	10,00
Geradores	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Turbinas a gás e a vapor	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00
Condicionador de gás	5,00
Transmissão	
Condutor e estrutura do sistema < 69 kV	5,00
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV e transformador de força	2,50
Equipamento geral	10,00
Religadores	4,30
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00

b) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- 1) menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- 2) valor Recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- 3) apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Controladora, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.



Geração e Transmissão

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Diante das premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

c) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ⁽¹⁾

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pela Copel Geração e Transmissão S.A. (51%) e pela Eletrosul - Centrais Elétricas S.A. (49%) conquistou, no Leilão de energia nova nº 004/2006 Aneel, realizado em 10.10.2006, na qualidade de produtor independente de energia, concessão para construção e exploração, durante 35 anos, da Usina Hidrelétrica de Mauá.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do Rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná. O reservatório terá 80 km de extensão e 83,8 km² de superfície. A barragem, que terá cerca de 745 m de comprimento na sua crista e 85 m de altura máxima, empregará a tecnologia de concreto compactado a rolo. O volume total de concreto do maciço será da ordem de 630.000 m³.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.069.000, valor com data base de abril de 2008. Deste montante, 51% (R\$ 545.190) serão investidos pela Copel Geração e Transmissão e 49% (R\$ 523.810) pela Eletrosul.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela usina.



Geração e Transmissão

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na data base de 1º.11.2006, com atualização pela variação do IPCA. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de abril de 2011. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, era de 197,7 MW médios, após a completa motorização, e a tarifa máxima de referência para comercialização da energia estabelecida no edital do leilão foi R\$ 116,00/MWh.

O consórcio construtor somente fará jus a bônus, conforme cláusula contratual, se houver antecipação na data de início da geração comercial de cada unidade geradora estabelecida no contrato. Este bônus equivale a 50% da receita líquida obtida durante o período de antecipação. A intenção de antecipar a geração comercial deverá ser informada à contratante pelo consórcio construtor com antecedência mínima de 390 dias das novas datas previstas, e ratificada formalmente com antecedência mínima de 150 dias antes das novas datas previstas.

A Administração da Companhia acredita que, em virtude do atual estágio de execução das obras, o consórcio construtor não solicitará a antecipação de prazos para início da geração comercial da Usina.

Os trabalhos iniciaram em maio de 2007, com a emissão da “ordem de serviço do projeto básico e início do projeto executivo da usina e do sistema de transmissão associado” que contempla elaboração de especificações técnicas, memórias de cálculos, desenhos e outros documentos relativos às diversas estruturas da Usina, complementação das investigações geológicas e serviços de topografia. O projeto básico foi concluído e encontra-se aprovado pela Aneel. O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/2008. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008 e o início da geração comercial da primeira unidade geradora deverá ocorrer em 2011.

Neste momento está totalmente concluída a implantação do canteiro de obras, com a limpeza da área, terraplenagem, compactação de aterros e construção das edificações dos canteiros industrial, administrativo e de alojamentos. Estão concluídas também as seguintes atividades: escavação em material comum e rocha a céu aberto na estrutura de desvio do rio; câmara de carga, casa de força, canal de fuga e na área da barragem (margem esquerda do rio); em rocha subterrânea dos túneis de desvio do rio, do túnel de acesso aos condutos forçados; dos condutos forçados nos trechos vertical e sub horizontal; do túnel drenagem; escavação do material comum no emboque do túnel de adução e na pedreira; e concretagem da estrutura do emboque dos túneis de desvio.



Geração e Transmissão

Em 1º.09.2009, foram rompidos os septos de terra e rocha que separavam os túneis de desvio (montante e jusante) do leito do rio. A partir desta data, a vazão hidráulica do rio Tibagi começou a passar, também, através dos túneis de desvio. Em 10.11.2009, foi concluída a base da barragem ensecadeira de montante, desviando completamente o rio através dos túneis e possibilitando o início da construção da barragem no leito do rio.

Estão em execução as seguintes atividades: escavação em rocha subterrânea do túnel de adução; concretagem da casa de força; escavação em rocha na área da barragem (leito do rio); lançamento de concreto compactado a rolo da barragem na margem direita (blocos 08 a 16); e regularização e compactação do aterro da subestação e fabricação dos equipamentos eletromecânicos.

A partir de janeiro de 2009, em atendimento ao Despacho Aneel nº 3.467 de 18.09.2008, os gastos realizados neste empreendimento passaram a ser contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte no consórcio. Em 31.12.2009, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 247.947.

(1) Informações técnicas não auditadas pelos auditores independentes.

15 Intangível

	Direito de uso de softwares	Concessão	Amortização acumulada	Faixa de servidões	P & D	Outros	Líquido	
							2009	2008
Em serviço								
Com vida útil estimada								
Copel Empreendimentos (a)	-	53.954	(7.037)	-	-	-	46.917	49.262
Outros	12.044	-	(9.522) ⁽¹⁾	14.730	-	-	17.252	13.679
	12.044	53.954	(16.559)	14.730	-	-	64.169	62.941
Com vida útil não estimada								
	-	-	-	-	-	30	30	30
	12.044	53.954	(16.559)	14.730	-	30	64.199	62.971
Em curso	-	-	-	1.434	86	-	1.520	249
							65.719	63.220

(1) Taxa anual de amortização: 20%



Geração e Transmissão

Mutação do Intangível

Saldos	Intangível		Total
	em serviço	em curso	
Em 2007	9.741	874	10.615
Incorporação parcial da Copel Participações S. A.	49.458	-	49.458
Programa de investimentos	-	1.415	1.415
Capitalizações	4.603	(4.603)	-
Quotas de amortização - concessão	(195)	-	(195)
Quotas de amortização - outros intangíveis	(577)	-	(577)
Baixas	(59)	-	(59)
Transferências entre o imobilizado	-	2.563	2.563
Em 2008	62.971	249	63.220
Programa de investimentos	-	5.773	5.773
Capitalizações	4.569	(4.569)	-
Quotas de amortização - concessão	(2.345)	-	(2.345)
Quotas de amortização - outros intangíveis	(767)	-	(767)
Quotas de amortização transf. para intangível em curso	(67)	67	-
Transferências entre o intangível e o imobilizado	(162)	-	(162)
Em 2009	64.199	1.520	65.719

O montante de intangível em serviço totalmente amortizado representava R\$ 7.804, em 31.12.2009 (R\$ 7.792, em 31.12.2008).

a) Concessão - Copel Empreendimentos

A aquisição das quotas da Copel Empreendimentos Ltda., em 31.05.2006, cuja razão social era El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., holding da UEG Araucária Ltda., da qual possui 60% do capital social, gerou ágio de R\$ 53.954, que, em 31.12.2009, representava saldo de R\$ 46.917. O fundamento econômico para amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo restante tem vencimento em dezembro de 2029. O efeito no resultado em 2009 foi de R\$ 2.345 (R\$ 2.345 em 2008).

16 Empréstimos e Financiamentos

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2009 Total	2008 Total	2009	2008
Moeda estrangeira						
BID (a)	18.615	533	19.148	25.938	9.189	36.552
Banco do Brasil (b)	-	-	-	6.517	-	-
	18.615	533	19.148	32.455	9.189	36.552
Moeda nacional						
Eletrobrás (c)	31.488	-	31.488	28.913	173.184	208.065
Finep (d)	145	11	156	5	6.940	2.310
BNDES (e)	-	884	884	-	55.748	-
Banco do Brasil (f)	-	940	940	-	55.748	-
	31.633	1.835	33.468	28.918	291.620	210.375
	50.248	2.368	52.616	61.373	300.809	246.927

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador					
	2009	%	2008	%	
Moeda estrangeira					
Yen	-	-	6.517	2,11	
Cesta de moedas do BID	28.337	8,02	62.490	20,27	
	28.337	8,02	69.007	22,38	
Moeda nacional					
TJLP	120.417	34,07	2.315	0,75	
Finel	204.671	57,91	236.978	76,87	
	325.088	91,98	239.293	77,62	
	353.425	100,00	308.300	100,00	

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2009	2008
Yen	(27,10)	62,89
Cesta de moedas do BID	0,17	6,22
TJLP	6,12	6,27
Finel	(0,35)	1,90



Geração e Transmissão

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2009	2008
2010	-	-	-	56.425
2011	9.189	33.223	42.412	44.760
2012	-	39.611	39.611	32.576
2013	-	40.191	40.191	32.576
2014	-	40.191	40.191	32.576
2015	-	38.456	38.456	32.010
2016	-	22.712	22.712	16.004
2017	-	6.968	6.968	-
2018	-	6.968	6.968	-
2019	-	6.968	6.968	-
2020	-	6.968	6.968	-
2021	-	6.968	6.968	-
2022	-	6.968	6.968	-
após 2022	-	35.428	35.428	-
	9.189	291.620	300.809	246.927

Mutação de empréstimos e financiamentos

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 2007	22.891	47.817	35.073	232.560	338.341
Ingressos	-	-	-	2.306	2.306
Encargos	2.865	-	20.988	-	23.853
Varição monetária e cambial	9.492	10.036	152	4.226	23.906
Transferências	21.301	(21.301)	28.717	(28.717)	-
Amortização - principal	(21.137)	-	(33.548)	-	(54.685)
Amortização - juros	(2.957)	-	(22.464)	-	(25.421)
Em 2008	32.455	36.552	28.918	210.375	308.300
Ingressos	-	-	-	116.268	116.268
Encargos	1.802	-	22.696	-	24.498
Varição monetária e cambial	(6.220)	(6.016)	(54)	(682)	(12.972)
Transferências	21.347	(21.347)	34.341	(34.341)	-
Amortização - principal	(27.635)	-	(31.567)	-	(59.202)
Amortização - juros	(2.601)	-	(20.866)	-	(23.467)
Em 2009	19.148	9.189	33.468	291.620	353.425

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2009, foi de 4,14% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- 1) inadimplemento, por parte do mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;



Geração e Transmissão

- 2) retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;
- 3) inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- 4) quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, for inferior a 1,2; e
- 5) quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foram concedidas fiança do Governo Federal e garantias hipotecária e fiduciária.

b) Banco do Brasil S.A.

Contrato com recursos em iene para a subestação isolada a gás de Salto Caxias, amortizáveis em 20 parcelas semestrais, a partir de 07.03.2000, com juros de 2,8% a.a. e comissão de repasse de 3,8% a.a. A garantia é vinculada à receita própria. O contrato foi liquidado no vencimento, em setembro de 2009.

c) Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel para expansão dos sistemas de geração, transmissão. A amortização dos contratos vincendos iniciou em julho de 2001 e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

d) Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28.11.2007, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do "Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007".



Geração e Transmissão

Crédito no valor de R\$ 5.078, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008, a segunda parcela no valor de R\$ 2.321 em maio de 2009 e as demais parcelas, conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros equalizados de 6,37% a.a., pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014. A Companhia se compromete a participar dos custos da elaboração do projeto, com recursos próprios no valor mínimo de R\$ 564.

Como garantia ao contrato, a Companhia autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada. Em caso de inadimplência de alguma cláusula contratual, haverá perda integral do benefício da equalização.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28.11.2007 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.

Crédito, no valor de R\$ 3.535, sendo que a primeira, no valor de R\$ 844, foi liberada em outubro de 2008, a segunda, no valor de R\$ 2.451, em dezembro de 2009, e as demais, conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros equalizados de 6,13 % a.a., pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor será pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014. A Companhia se compromete a participar dos custos da elaboração do projeto, com recursos próprios no valor mínimo de R\$ 393.

Como garantia ao contrato, a Companhia autoriza o Banco do Brasil efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada. Em caso de inadimplência de alguma cláusula contratual, haverá perda integral do benefício da equalização.

e) BNDES - Copel Geração e Transmissão

Contrato nº 08.2.0989.1, firmado entre a Companhia e o BNDES, com interveniência da Copel, assinado em 17.03.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com as necessidades do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES.



Geração e Transmissão

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 1,63% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Companhia se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do BNDES, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas "Contas-Reserva" no caso de haver insuficiência de recursos na "Conta Centralizadora". A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Companhia,, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em julho de 2009, no valor de R\$ 55.748.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

f) Banco do Brasil - Repasse de Recursos do BNDES

Contrato nº 21/02000-0, firmado entre a Companhia e o Banco do Brasil, com interveniência da Copel, assinado em 16.04.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, anexo ao contrato.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 2,13% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Companhia se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do Banco do Brasil, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora aberta para tal fim, além de constituir e manter duas "contas-reserva" no caso de haver insuficiência de recursos na conta centralizadora. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em agosto de 2009, no valor de R\$ 55.748.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.



Geração e Transmissão

17 Fornecedores

	2009	2008
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica e conexão	22.586	20.603
Sistema de distribuição	241	367
	22.827	20.970
Suprimento de energia elétrica		
Dona Francisca Energética S.A.	5.100	5.128
Outros	10	-
	5.110	5.128
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação	43.949	-
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC	175.796	214.157
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - repactuação	5.267	-
Cia. Paranaense de Gás - Compagas - repactuação - NC	21.067	23.650
Outros fornecedores	44.504	42.693
	290.583	280.500
	318.520	306.598
	Circulante	121.657
	Não circulante - NC	196.863
		68.791
		237.807

a) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Em 06.03.2006, a Copel Geração e Transmissão assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Companhia, tendo a Controladora como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas com a Companhia, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30.05.2006, a Companhia assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Controladora, remanescendo a dívida ali confessada pela Companhia.

18 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2009	2008
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados	14.721	16.289
Impostos e contribuições sociais	6.956	6.548
Folha de pagamento, líquida	80	42
Compensação Indenizatória - PDV (NE nº 27.c.2)	5.122	-
	26.879	22.879
Provisões trabalhistas		
Férias	13.807	12.786
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	4.333	3.999
Desligamentos voluntários (NE nº 27.c.2)	8.987	-
	27.127	16.785
	54.006	39.664

19 Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CD).

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/00. As premissas atuariais e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

Até julho de 2007, o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado “Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários”, assinado em 20.01.1999. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que analisaram cláusulas específicas de referido ajuste e concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27.07.2007, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.



Geração e Transmissão

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou à formulação de uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando manifestação em relação à questão. Após a prestação de esclarecimentos solicitados e realização de auditoria atuarial recomendada pela SPC, em novembro de 2007, a SPC, em outubro de 2008, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o relatório e parecer da consultoria contratada, que lhe fora enviado pela Fundação Copel em julho de 2008. Até a emissão destas demonstrações contábeis, a SPC não se pronunciou a respeito do assunto.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Companhia e a Fundação Copel.

b) Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário		
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	-	40.083
Plano de benefícios - Plano III (CD)	2.615	2.375
	2.615	42.458
Plano assistencial	99.367	93.504
	101.982	135.962
	Circulante	5.969
	Não circulante	96.013
		5.908
		130.054

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(40.083)	(13.196)
Plano previdenciário (CD)	13.807	12.360
Plano assistencial - pós-emprego	9.220	(1.924)
Contribuição assistencial	5.520	5.031
	(11.536)	2.271
(-) Transferências para imobilizado em curso	(1.820)	(1.856)
	(13.356)	415



Geração e Transmissão

O custo anual estimado para o exercício de 2009 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Mutação do saldo de Benefícios Pós-emprego

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 2007	8.748	144.084	152.832
Incorporação parcial da Copel Participações S.A.	88	336	424
Apropriação do cálculo atuarial	-	(15.120)	(15.120)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	17.391	-	17.391
Transferências	(754)	754	-
Amortizações	(19.565)	-	(19.565)
Em 2008	5.908	130.054	135.962
Apropriação do cálculo atuarial	-	(30.863)	(30.863)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	19.328	-	19.328
Transferências	3.178	(3.178)	-
Amortizações	(22.445)	-	(22.445)
Em 2009	5.969	96.013	101.982

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/00

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2009 e 2008, estão demonstradas a seguir:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação a.a.	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31.12.2006, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

20 Encargos do Consumidor a Recolher

	2009	2008
Reserva global de reversão - RGR	3.791	3.548
	3.791	3.548

21 Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulamentação da Aneel, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica são obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor.

A Aneel estabeleceu, através dos Manuais de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos a serem destinados, mensalmente, aos projetos de P&D, bem como ao FNDCT e ao MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

Saldos constituídos para aplicação em projetos de P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 2009	Saldo em 2008
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	596	-	596	7.605
MME	-	298	-	298	3.802
P&D	3.847	-	26.928	30.775	22.269
	3.847	894	26.928	31.669	33.676
	3.847	894	26.928	31.669	33.676
			Circulante	11.741	28.352
			Não circulante	19.928	5.324

Mutação dos saldos de P&D

Saldos	FNDCT Circulante	MME Circulante	Circulante	P&D Não circulante	Total
Em 2007	7.075	3.726	20.519	-	31.320
Constituições	6.122	3.061	6.122	-	15.305
Juros Selic	-	-	1.987	-	1.987
Transferências	-	-	(5.324)	5.324	-
Recolhimentos	(5.592)	(2.985)	-	-	(8.577)
Conclusões	-	-	(6.359)	-	(6.359)
Em 2008	7.605	3.802	16.945	5.324	33.676
Constituições	6.457	3.228	996	5.461	16.142
Juros Selic	-	-	364	1.685	2.049
Transferências	-	-	(7.458)	7.458	-
Recolhimentos	(13.466)	(6.732)	-	-	(20.198)
Em 2009	596	298	10.847	19.928	31.669

22 Outras Contas a Pagar

	2009	2008
Passivo circulante		
Compensação financeira - recursos hídricos	18.327	16.616
Parcerias em consórcios	7.309	4.833
Devolução de participação financeira do consumidor	4.738	4.738
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.596	2.498
Taxa de fiscalização - Aneel	434	655
Outras obrigações	3.231	2.789
	36.635	32.129
Passivo não circulante		
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.596	4.995
	2.596	4.995

23 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida 2009	Provisão líquida 2008
Trabalhistas (a)	22.907	(3.112)	19.795	19.207
Regulatórias (b)	13.517	-	13.517	13.513
Cíveis				
Cíveis e direito administrativo (c)	30.565	(5.672)	24.893	749
Servidões de passagem (d)	6.361	-	6.361	6.642
Desapropriações e patrimoniais (d)	123.990	-	123.990	119.350
Ambientais	10	-	10	-
	160.926	(5.672)	155.254	126.741
Fiscais	24.658	(1)	24.657	23.960
	222.008	(8.785)	213.223	183.421

Mutações das provisões para contingências

	Saldo em 2008	Constituições	Constituições imobilizado	Quitações	Saldo em 2009
Trabalhistas	23.676	4.504	-	(5.273)	22.907
Regulatórias	13.513	4	-	-	13.517
Cíveis					
Cíveis e direito administrativo	6.042	26.334	-	(1.811)	30.565
Servidões de passagem	6.642	-	5.248	(5.529)	6.361
Desapropriações e patrimoniais	119.350	-	4.656	(16)	123.990
Ambientais	-	10	-	-	10
	132.034	26.344	9.904	(7.356)	160.926
Fiscais	23.960	698	-	-	24.658
	193.183	31.550	9.904	(12.629)	222.008

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.12.2009, totalizaram R\$ 53.592 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 21.775; cíveis R\$ 18.736; e tributárias R\$ 13.081.

a) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Também incluem ações de aposentados (ex-empregados da Companhia) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

b) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento, no valor de R\$ 13.414, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/2002. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CEEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

c) Cíveis e direito administrativo

Referem-se, principalmente, a ações movidas por empresas envolvendo questões contratuais e indenizatórias.



Geração e Transmissão

d) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor ofertado e o pleiteado pelo proprietário.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de cobrança proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., a Copel Geração e Transmissão foi condenada a pagar a quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato D-01, que tinha por objeto a execução de obras de derivação do rio Jordão, no valor de R\$ 180.917. A Companhia recorreu e obteve sucesso parcial com a rejeição da cumulação da taxa Selic com os juros moratórios. A Companhia continuará a discutir judicialmente a exigência, valendo-se dos recursos que o processo lhe assegura.

A Copel contabilizou Provisões para contingências em contrapartida ao Imobilizado, no valor de R\$ 113.795, levando em conta a avaliação de sua Diretoria Jurídica, que considera a probabilidade de perda provável.

24 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31.12.2009 monta a R\$ 3.505.994, composto por 3.505.994.212 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

b) Reserva de lucros

	2009	2008
Reserva legal	155.706	122.967
Reserva de retenção de lucros	-	105.616
	155.706	228.583

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.



Geração e Transmissão

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimentos da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

c) Proposta de distribuição de dividendos

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	654.786	623.177
Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio	(75.569)	(66.640)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	579.217	556.537
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(28.961)	(27.827)
Base de cálculo para dividendos mínimos	550.256	528.710
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	165.077	158.613
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	33.339	29.400
Valor do dividendo mínimo ajustado, considerando o efeito do IRRF	198.416	188.013
Remuneração do capital próprio apropriada	222.263	196.000
Distribuição de dividendos	399.784	396.018

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

25 Receita Operacional

	2009	2008
Fornecimento de energia elétrica		
Industrial	161.174	165.006
	161.174	165.006
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.222.118	909.095
Contratos bilaterais	136.078	434.422
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	86.867	41.960
	1.445.063	1.385.477
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede básica e rede básica fronteira	231.525	201.473
Rede de conexão	14.321	13.941
Parcela de ajustes de encargos da rede básica	5.951	12.715
	251.797	228.129
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	1.136	891
Renda da prestação de serviços	34.873	24.374
Outras receitas	177	158
	36.186	25.423
	1.894.220	1.804.035



Geração e Transmissão

a) Rede básica - tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust

As concessionárias de transmissão têm direito a Receita Anual Permitida - RAP, cujo valor inicial e critérios de reajuste são estipulados no Contrato de Concessão. A Copel Geração e Transmissão é detentora de quatro contratos de concessão de transmissão, os quais possuem diferentes critérios de revisão tarifária e de formação de receita.

O contrato de concessão nº 060/2001 regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para as instalações em operação até 31.12.1999, denominadas Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, bem como instalações e reforços autorizados pela Aneel a partir desta data, denominadas Rede Básica Novas Instalações - RBNI. Além da rede básica, este contrato concede à Copel a operação de instalações denominadas Demais Instalações de Transmissão - DITs e ainda o compartilhamento de instalações com outras transmissoras. Esta concessão tem prazo de 20 anos a contar da data de publicação da Lei nº 9.074/1995, encerrando-se em 07.07.2015. O presente contrato possui cláusula de revisão tarifária somente sobre as novas instalações autorizadas, sendo que receitas provenientes do sistema existente são blindadas, ou seja, não sofrem alteração até o final da concessão, sendo corrigidas anualmente pelo IGP-M.

O contrato de concessão de transmissão nº 075/2001, outorgado à Copel em 07.08.2001, consiste na implantação da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação Bateias, no município de Campo Largo, e término na subestação Jaguariaíva, bem como suas respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias. O prazo da concessão é de 30 anos contados a partir da assinatura do contrato, ou seja, finda em 17.08.2031, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Aneel. Este contrato não possui cláusula de revisão tarifária e sua receita permitida é corrigida anualmente pelo IGP-M.

Em 17.03.2008, a Copel assinou junto à Aneel o Contrato de Concessão nº 006/2008, referente à Linha de Transmissão em 230 kV ligando as subestações Bateias e Pilarzinho em Curitiba. Este contrato possui prazo de 30 anos e prevê revisão tarifária no 5º, 10º e 15º ano após a data de assinatura. Nos demais anos de sua vigência, a receita permitida será reajustada pelo IPCA. O empreendimento entrou em operação comercial em 12.09.2009.

Por fim, em 19.11.2009, foi assinado junto à Aneel o contrato de concessão nº 027/2009 que concede à Copel a construção da linha de transmissão em 525 kV ligando as subestações Cascavel Oeste e Foz do Iguaçu. Este empreendimento encontra-se em fase de construção e seu prazo para entrar em operação é de 2 anos após a assinatura do contrato.

Conforme constam nos contratos de concessão de transmissão da Copel Geração e Transmissão acima descritos, observamos a seguinte estrutura de formação das receitas ao longo do período de concessão, bem como seus critérios de revisão:

Contrato	Tipo	Receita em 2009	Critério de ajuste da receita
060/01	RBSE	68.811	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão, em 07.07.2015.
	RBNI	156.819	Sofre revisão tarifária a cada quatro anos. A revisão desta parcela prevista para julho de 2009 foi postergada para julho de 2010.
	RPC	9.452	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão, em 07.07.2015.
	RCDM	4.722	Sofre revisão tarifária a cada quatro anos. A revisão desta parcela prevista para julho de 2009 foi postergada para julho de 2010.
075/01	RAP	11.755	Não sofre revisão tarifária, porém há redução de 50% a partir de 17.08.2016. Final da concessão em 17.08.2031.
006/08	RAP	238	Passou a ter receita a partir de 12.09.2009 com a entrada em operação comercial do empreendimento. Prevê revisão tarifária no 5º, 10º e 15º ano.
027/09	RAP	-	Não apresentou receita em 2009, uma vez que sua entrada em operação está prevista para novembro de 2011. Prevê revisão tarifária no 5º, 10º e 15º ano.
Outras receitas		1.729	Deste total, R\$ 1.034 foram provenientes de contratos de compartilhamento de instalações de transmissão que são reajustados anualmente e não sofrem redução. R\$ 695 referem-se a serviços técnicos prestados a terceiros, que variam anualmente.
Total		253.526	

Nos contratos de concessão nºs 075/2001, 006/2008 e 027/2009 está prevista a possibilidade de prorrogação do prazo por mais 30 anos, após o seu término. No contrato de concessão nº 060/2001 a possibilidade da prorrogação do prazo é por mais 20 anos.

26 Deduções da Receita Operacional

	2009	2008
Tributos sobre a receita		
ICMS	42.506	39.780
Cofins	136.790	132.412
PIS/Pasep	29.770	28.746
ISSQN	820	760
	209.886	201.698
Encargos do consumidor		
Quota para reserva global de reversão - RGR	45.465	41.503
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	16.142	15.305
Conta de desenvolvimento energético - CDE	683	713
Conta de consumo de combustível - CCC	603	541
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	296	187
	63.189	58.249
	273.075	259.947

27 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2009
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(73.679)	-	-	-	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(181.159)	-	-	-	(181.159)
Pessoal e administradores (c)	(152.708)	-	(42.846)	-	(195.554)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	9.315	-	4.041	-	13.356
Material (d)	(11.711)	-	(557)	-	(12.268)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (e)	(21.979)	-	-	-	(21.979)
Serviços de terceiros (f)	(48.219)	-	(14.011)	-	(62.230)
Depreciação e amortização	(130.917)	-	(3.011)	(2.346)	(136.274)
Provisões e reversões (g)	-	198	-	(31.550)	(31.352)
Outros custos e despesas (h)	15.293	(3)	(18.921)	(102.057)	(105.688)
	(595.764)	195	(75.305)	(135.953)	(806.827)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2008
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(70.065)	-	-	-	(70.065)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(163.618)	-	-	-	(163.618)
Pessoal e administradores (c)	(125.985)	-	(34.365)	-	(160.350)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	(1.391)	-	976	-	(415)
Material (d)	(9.750)	-	(531)	-	(10.281)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (e)	(19.577)	-	-	-	(19.577)
Serviços de terceiros (f)	(42.244)	-	(17.289)	-	(59.533)
Depreciação e amortização	(132.757)	-	(2.752)	(195)	(135.704)
Provisões e reversões (g)	-	11.135	-	(32.054)	(20.919)
Outros custos e despesas (h)	12.324	(9.619)	(7.499)	(94.350)	(99.144)
	(553.063)	1.516	(61.460)	(126.599)	(739.606)

a) Energia elétrica comprada para revenda

	2009	2008
Dona Francisca Energética S.A.	60.302	55.496
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	18.485	19.575
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(5.118)	(5.006)
Outros	10	-
	73.679	70.065



Geração e Transmissão

b) Encargos de uso da rede elétrica

	2009	2008
Furnas Centrais Elétricas S.A.	30.520	27.822
Cia. Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	23.253	21.639
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	21.213	20.097
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	17.059	15.272
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	15.298	14.497
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	8.907	7.247
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S. A.	7.047	6.611
Novatrans Energia S.A.	6.950	6.699
Operador Nacional do Sistema - ONS	6.714	5.882
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	6.214	5.802
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	5.890	5.490
Copel Distribuição S. A.	3.185	4.389
ATE II Transmissora de Energia S.A.	2.993	2.869
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	2.991	2.812
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	2.844	2.723
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	2.723	2.595
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	2.406	2.283
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	2.399	2.285
NTE Nordeste Transmissora de Energi S.A.	2.102	1.993
ATE Transmissora Energia S.A.	1.961	1.889
Serra Mesa Transmissora de Energia Ltda - SMTE	1.775	1.476
Integração Transmissão Energia - Intesa	1.666	1.041
ATE III Transmissora de Energia S.A.	1.560	943
Arthemis Transmissora de Energia S.A.	1.275	1.220
(-) Pasep/Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(16.696)	(15.548)
Outras concessionárias	18.910	13.590
	181.159	163.618

c) Pessoal e administradores

	2009	2008
Pessoal		
Remunerações	125.635	111.019
Encargos sociais	40.968	36.446
	166.603	147.465
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	14.721	16.289
Auxílio alimentação e educação	10.280	8.720
Provisão (rev) indeniz. demissões volunt./aposentadorias (2)	8.987	(194)
Indenização demissões volunt./aposentadorias (2)	4.551	-
Compensação Indenizatória - PDV (2)	5.122	-
	210.264	172.280
(-) Transferências para imobilizado em curso	(14.768)	(12.316)
	195.496	159.964
Administradores		
Honorários	52	314
Encargos sociais	15	88
	67	402
(-) Transferências para imobilizado em curso	(9)	(16)
	58	386
	195.554	160.350



Geração e Transmissão

1) Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

2) Programas de Desligamento Voluntário

Em 14.12.2009, a Administração da Companhia instituiu, com vigência a partir daquela data, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado com no mínimo 10 anos de empresa que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS, voluntariamente, a seu pedido, opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com a Companhia.

O prazo de adesão encerrou em 13.01.2010 para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009, e encerra-se até 30 dias a contar da data de confirmação do recebimento, pela Copel, da carta de concessão de aposentadoria, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009.

O prazo de desligamento para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009 foi de 1º a 15 de março de 2010 e, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009, de 1º a 15 do mês subsequente ao da adesão.

Os empregados desligados até dezembro de 2009, pelos programas de desligamentos instituídos em janeiro de 2009, tiveram seu valor de indenização complementado de acordo com as novas regras instituídas em 14.12.2009.

d) Material

	2009	2008
Sistema elétrico	4.188	4.152
Combustíveis e peças para veículos	2.534	2.424
Hotéis e hospedarias	1.049	997
Construção civil	859	790
Cantina	760	671
Ferramental de serviço	488	229
Segurança	452	476
Área verde - Material	282	27
Expediente	235	246
Informática	214	144
Outros materiais	1.207	125
	12.268	10.281

e) Matéria-prima e insumos para produção de energia

	2009	2008
Combustíveis para produção de energia elétrica	19.295	15.520
Gás natural para produção de energia elétrica - ajuste a valor presente	2.684	2.411
Outros insumos	-	1.646
	21.979	19.577

f) Serviços de terceiros

	2009	2008
Manutenção do sistema elétrico	9.898	8.615
Serviços de telecomunicações	8.085	7.644
Consultoria técnica, científica e administrativa	7.987	9.275
Vigilância	7.431	6.640
Apoio administrativo	6.088	5.455
Energia elétrica - consumo	3.870	3.250
Serviços em área verde	3.646	3.493
Viagens	3.509	3.602
Treinamentos	2.343	2.083
Manutenção civil	2.015	1.794
Processamento e transmissão de dados	1.083	1.067
Limpeza de faixa de servidão	976	268
Manutenção e conservação de veículos	486	400
Outros serviços	4.813	5.947
	62.230	59.533

g) Provisões e reversões

	2009	2008
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (NE nº 7)	(249)	(11.223)
Serviços prestados a terceiros e outros créditos	51	88
	(198)	(11.135)
Provisões para contingências (NE nº 23)		
Trabalhistas	4.504	15.050
Regulatórias	4	11.344
Cíveis e direito administrativo	26.334	5.148
Ambientais	10	-
Fiscais	698	512
	31.550	32.054
	31.352	20.919

h) Outros custos e despesas operacionais

	2009	2008
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	75.819	81.493
Perdas	16.736	-
Indenizações	11.158	1.394
Taxa de fiscalização da Aneel	5.213	7.865
Tributos	4.503	2.679
Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	3.785	4.160
Seguros	3.008	2.503
Arrendamentos e aluguéis (1)	2.702	2.535
Perdas na desativação e alienação de bens	504	976
Créditos incobráveis	3	9.619
Recuperação de custos e despesas	(19.628)	(15.785)
Outros custos e despesas (receitas), líquidos	1.885	1.705
	105.688	99.144

1) Arrendamentos e aluguéis

	2009	2008
Imóveis	3.049	2.761
Outros	105	106
(-) Créditos de PIS e Cofins	(257)	(92)
(-) Transferências para imobilizado em curso	(195)	(240)
	2.702	2.535

A estimativa de gastos para o exercício de 2010 é basicamente a mesma de 2009, acrescentando-se, além de 2 imóveis locados em Curitiba, os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual. ⁽¹⁾

Do total de R\$ 3.049 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 2.453 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Companhia e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

28 Resultado Financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	80.679	96.681
Juros sobre impostos a compensar	1.392	900
Multas	1.047	2.074
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	571	227
Outras receitas financeiras	365	97
	84.054	99.979
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	20.663	23.779
Juros sobre P&D	2.049	1.987
IOF	68	82
Multas moratórias, fiscais e sancionatórias	21	250
Variações monetárias e cambiais	(7.062)	48.707
Outras despesas financeiras	296	1.218
	16.035	76.023
	68.019	23.956

29 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

a) Transações correntes no âmbito da CCEE ⁽¹⁾

	2009	2008
Ativo circulante (NE nº 7)		
Até dezembro de 2008	642	9.164
De janeiro a março de 2009	225	-
De julho a setembro de 2009	10.095	-
De outubro a dezembro de 2009	27.758	-
	38.720	9.164

A quantidade de energia comercializada, em MWh, está demonstrada no quadro a seguir:

	2009 ⁽¹⁾		2008 ⁽¹⁾	
	MWh	R\$ Mil ⁽³⁾	MWh	R\$ Mil ⁽³⁾
Compra	-	18.998	21	9.594
Compra Estimada	-	-	-	-
	-	18.998	21	9.594
Venda	1.448	58.431	286	35.137
Venda estimada ⁽²⁾	706	5.781	-	-
	2.154	64.212	286	35.137

⁽¹⁾ Posição de acordo com as recontabilizações da CCEE até 31.12.2009, líquida da energia negociada no MRE

⁽²⁾ A venda estimada corresponde a provisão da pré-fatura do mês de dezembro de 2009

⁽³⁾ Nos montantes apresentados em R\$ Mil foram consideradas as diferenças de preço entre os submercados de comercialização

b) Mutação da CCEE ⁽¹⁾

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	2008			2009
Ativo circulante				
Até dezembro de 2008	9.164	(8.222)	(300)	642
De janeiro a març� de 2009	-	(22.603)	22.828	225
De julho a setembro de 2009	-	(17.152)	27.247	10.095
De outubro a dezembro de 2009	-	(8.616)	36.374	27.758
	9.164	(56.593)	86.149	38.720
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2008	-	(4.043)	4.043	-
De abril a junho de 2009	-	(12.176)	12.176	-
	-	(16.219)	16.219	-
Total líquido	9.164	(40.374)	69.930	38.720

⁽¹⁾ Informa es não auditadas pelos auditores independentes.

30 Instrumentos Financeiros

A utiliza o de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Consumidores, concessionárias e permissionárias, Contas a receber de entidades governamentais, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

a) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2009, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, destacando-se:

Instrumentos Financeiros	Valor de mercado		Valor contábil
	2009	2009	2008
Caixa e Equivalentes de Caixa	784.032	784.032	920.861
Contas a receber de entidades governamentais	1.509	1.509	1.509
Títulos e valores mobiliários (1)	40.089	40.103	-
Cauções e depósitos vinculados - títulos em garantia (1)	72.061	72.060	79.079
Empréstimos e financiamentos	353.425	353.425	308.300

1) Os valores de mercado das cotas de Fundos de Investimentos foram calculados segundo critérios estabelecidos pelos respectivos Estatutos e ratificados pelos bancos gestores.



Geração e Transmissão

b) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

2) Risco de moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

A exposição ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

Moeda estrangeira	Passivo	Exposição líquida
		2009
Empréstimos e financiamentos	(28.337)	(28.337)

3) Risco de taxa de juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.



Geração e Transmissão

4) Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2009, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS apontam para uma situação confortável de atendimento ao mercado nos próximos 5 anos, de maio de 2009 a dezembro de 2013, com base em análises probabilísticas utilizadas nesse tipo de abordagem. O critério de garantia de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit de energia abaixo de 5%) é atendido com folga em todas as regiões durante o quinquênio ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia - MME com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

7) Instrumentos financeiros derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550, de 17.10.2008, a Companhia avaliou suas transações e não identificou instrumentos financeiros derivativos.



Geração e Transmissão

8) Risco proveniente do descumprimento do cronograma físico do Contrato de Concessão nº 001/2007-MME-UHE Mauá

Pelo descumprimento do cronograma, as consorciadas do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul podem estar sujeitas às penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente aquelas estabelecidas em Resolução Aneel. Além das eventuais penalidades, as consorciadas devem honrar os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR's, conforme Resolução Normativa.

Um eventual atraso na entrega da energia da Usina Hidrelétrica de Mauá deverá ser caracterizado, devido às liminares judiciais que impediram o início ou interromperam a continuidade da obra, como uma obrigação afetada por atos de terceiros, mormente atos do Poder Público, e situações de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, o próprio contrato de concessão prevê a não imputação de responsabilidades aos concessionários.

31 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	2009			2008		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Acionistas controladores						
Estado do Paraná (1)						
ICMS (NE nº 8)	11.056	3.080	-	9.335	3.654	-
Remuneração e enc. sociais empreg. cedidos (2)	2.155	-	-	2.185	-	-
BNDES (3)						
Financiamento UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado (NE nº 16.e)	-	56.632	(3.769)	-	-	-
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos e/ou juros s/ capital próprio a pagar	-	473.108	-	-	562.618	-
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 27.c)	-	-	(67)	-	-	(402)
Controladas						
Centrais Eólicas do Paraná S.A.						
Dividendos a receber	3.931	-	-	-	-	-
UEG Araucária Ltda.						
Rede básica e de conexão	200	-	3.031	920	-	560
Entidades sob controle comum						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento de energia elétrica	14.316	-	123.482	10.326	-	90.511
Rede básica e de conexão	7.900	-	73.490	14.356	-	72.339
Sistema de distribuição	-	240	(3.185)	-	367	(4.389)
Prestação de serviços	-	293	(3.895)	-	272	(3.241)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações	-	688	(8.085)	-	625	(7.643)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas						
Repactuação - aquisição de gás (NE nº 17)	-	26.334	(2.684)	-	23.650	(2.411)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.						
Rede básica	-	-	68	15	-	130
Prestação de serviços	487	-	5.867	398	-	5.385
Outras partes relacionadas						
Dona Francisca Energética						
Compra de energia elétrica (4)	-	5.100	(60.302)	-	5.128	(55.496)
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis (NE nº 27.h.1)	-	-	(2.453)	-	-	(2.283)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	101.982	(13.356)	-	135.962	415
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (5)						
Prestação de serviço e P&D	5.432	-	(4.635)	2.973	16	(6.780)

Os valores decorrentes de atividades operacionais entre a Copel Geração e Transmissão e as demais partes relacionadas são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) O Estado do Paraná detém 58,63% do capital votante da Copel que detém 100% do capital social da Copel Geração e Transmissão.



Geração e Transmissão

- 2) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração percebida e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 2009 e de 2008 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.509.
- 3) A BNDESPAR detém 26,41% das ações ordinárias da Controladora e tem o direito, pelo acordo de acionistas, de indicar dois membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 16.
- 4) Contrato de compra e venda de energia realizado com a Dona Francisca Energética, coligada da Controladora, com vencimento em 06.10.2015.
- 5) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel. Os saldos do ativo referem-se a P&D, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

32 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (a)	24.08.2010	1.245.355
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24.08.2010	50.343
Responsabilidade civil (c)	24.08.2010	6.000
Engenharia - Copel (d)	24.08.2010	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24.08.2010	apólice por averbação
Riscos diversos (f)	24.08.2010	633



Geração e Transmissão

a) Riscos nomeados

A apólice contratada destaca as usinas, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Cobertura para os imóveis, próprios e locados, e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Copel com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos ou eletrônicos.



Geração e Transmissão

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transporte. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

33 Gastos em Meio Ambiente

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2009 e 2008, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

	2009	2008
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	22.100	12.431
Programa de gestão de resíduos	85	254
Programa de proteção a fauna e a flora	5.254	3.599
Programa de educação ambiental e Museu Regional do Iguazu	531	90
Programa Tributo às Águas e outros	23	125
	27.993	16.499

Paralelamente aos programas supra citados, a Companhia, de acordo com as diretrizes de sua Administração, vem desenvolvendo estudos em fontes de energia renovável, não hidráulicas, tais como: projeto de pequenas centrais térmicas a bagaço de cana; geração distribuída com saneamento ambiental (biogás gerado pela decomposição do material orgânico); carteira de projetos de usinas eólicas; Paraná biodiesel; projeto microalgas (como fonte de óleo para a produção de biocombustíveis); e projeto de produção de biogás com algas dos reservatórios.

Adicionalmente a Companhia possui, em 31.12.2009, compromissos assumidos no montante de R\$ 88.789, os quais serão realizados nos próximos anos, de modo que este valor será substancialmente incorporado ao imobilizado da Companhia à medida que ocorram os respectivos desembolsos, reduzindo significativamente o risco de danos ambientais.

34 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ATIV. NÃO VINCULADA	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	-	-	161.174	-	161.174
Suprimento de energia elétrica	1.445.063	-	-	-	1.445.063
Disponibilidade da rede elétrica	-	251.797	-	-	251.797
Outras receitas operacionais	34.457	1.729	-	-	36.186
	1.479.520	253.526	161.174	-	1.894.220
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(215.929)	(37.919)	(19.227)	-	(273.075)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.263.591	215.607	141.947	-	1.621.145
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(73.679)	-	(73.679)
Encargos de uso da rede elétrica	(181.159)	-	-	-	(181.159)
	(181.159)	-	(73.679)	-	(254.838)
Custo de operação					
Pessoal	(82.570)	(58.955)	(3.129)	-	(144.654)
Planos previdenciário e assistencial	6.496	2.516	303	-	9.315
Material	(6.980)	(3.913)	(3)	-	(10.896)
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia	(21.979)	-	-	-	(21.979)
Serviços de terceiros	(34.193)	(11.034)	(665)	-	(45.892)
Depreciação e amortização	(104.168)	(26.232)	(18)	(499)	(130.917)
Outros custos de operação	16.989	(1.476)	(146)	-	15.367
	(226.405)	(99.094)	(3.658)	(499)	(329.656)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Pessoal	(8.054)	-	-	-	(8.054)
Material	(815)	-	-	-	(815)
Serviços de terceiros	(2.327)	-	-	-	(2.327)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	(74)	-	-	-	(74)
	(11.270)	-	-	-	(11.270)
	(418.834)	(99.094)	(77.337)	(499)	(595.764)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	844.757	116.513	64.610	(499)	1.025.381
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	195	-	-	-	195
Despesas gerais e administrativas	(47.675)	(27.630)	-	-	(75.305)
Outras receitas (despesas), líquidas	(123.272)	(10.335)	-	(2.346)	(135.953)
	(170.752)	(37.965)	-	(2.346)	(211.063)
RESULTADO DO SERVIÇO	674.005	78.548	64.610	(2.845)	814.318
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	81.432	1.963	659	-	84.054
Despesas financeiras	(15.390)	(645)	-	-	(16.035)
	66.042	1.318	659	-	68.019
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	(4.806)	(4.806)
RESULTADO OPERACIONAL	740.047	79.866	65.269	(7.651)	877.531
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	740.047	79.866	65.269	(7.651)	877.531
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social	(220.340)	-	-	-	(220.340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.405)	-	-	-	(2.405)
	(222.745)	-	-	-	(222.745)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	517.302	79.866	65.269	(7.651)	654.786



Geração e Transmissão

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

O Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado - através de análises de balancetes - a gestão econômico-financeira daquela Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2009, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes - bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 16 de março de 2010.

OSMAR ALFREDO KOHLER
Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES



Geração e Transmissão

As Demonstrações Contábeis da Copel Geração e Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 19 de abril de 2010.
